

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Pensar o discurso memorial do Holocausto  
no jornal “O Globo” (Brasil, 1944-1999)

CÁSSIO MICHEL DOS SANTOS CAMARGO

PORTO ALEGRE

2023

CÁSSIO MICHEL DOS SANTOS CAMARGO

Pensar o discurso memorial do Holocausto  
no jornal “O Globo” (Brasil, 1944-1999)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da  
Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em  
Educação.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Stephanou

Linha de Pesquisa: História, Memória e Educação

PORTO ALEGRE

2023

#### CIP - Catalogação na Publicação

Camargo, Cássio Michel dos Santos  
Pensar o discurso memorial do Holocausto no jornal  
"O Globo" (Brasil, 1944-1999) / Cássio Michel dos  
Santos Camargo. -- 2023.  
682 f.  
Orientadora: Maria Stephanou.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Holocausto. 2. Discurso memorial. 3. Dever de  
memória. 4. O Globo. 5. Imprensa. I. Stephanou, Maria,  
orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Este é um momento de agradecer às pessoas que compartilharam comigo o longo caminho que culminou nesta tese de doutorado, em boa parte percorrido durante os dois anos de isolamento social decorrente da pandemia do COVID-19. Primeiramente expresso gratidão à minha companheira Naytiele, que enfrentou a pandemia e os esforços de produzir este trabalho ao meu lado.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da UFRGS, em especial aos da Linha de pesquisa História, Memória e Educação. Também estendo meus agradecimentos aos professores das bancas examinadoras do projeto e da tese, Professoras Marli de Oliveira Costa e Zita Rosane Possamai, e ao Professor Edison Luiz Saturnino, pela generosidade da leitura, sugestões e reflexões propostas.

Soma-se um agradecimento aos colegas estudantes da Linha, que compartilharam leituras e conversas antes e durante a pandemia. Especialmente, destaco o apoio da Professora Maria Stephanou, minha orientadora, que dedicou seu tempo e disposição para pensar comigo a feitura desta tese.

Por fim, ressalto e reconheço os esforços da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e seus colaboradores que em tempos difíceis e nebulosos seguiu produzindo estudos de qualidade e formando pessoas com excelência, apesar dos cortes de recursos sofridos nos últimos quatro anos.

As migrações que o historiador guiado pelas desafortunadas relíquias da cerâmica e do bronze, trata de fixar no mapa, e que não compreenderam os povos que as executaram. As divindades do amanhecer que não deixaram nem um ídolo, nem um símbolo. O sulco do arado de Caim. Sereno na grama do paraíso. Os hexagramas que um imperador descobriu na carcaça de uma das tartarugas sagradas. As águas que não sabem que são o Ganges. O peso de uma rosa em Persépolis. O peso de uma rosa em Bengala. Os rostos que se pôs uma máscara guardam uma vitrine. O nome da espada de Hengist. O último sonho de Shakespeare. A pena que traçou a linha curiosa: “ele encontrou um pesadelo e disse seu nome”. O primeiro espelho, o primeiro hexâmetro. As páginas que um homem cinzento leu e lhe revelaram que poderia ser Dom Quixote. Um ocaso escarlate perdura em vaso de Creta. Os brinquedos de um menino chamado Tibério Graco. Anel de ouro de Polícrates que Hado (destino) rejeitou. Não há uma só dessas coisas perdidas que não projete agora uma extensa sombra, que não determine o que fazes hoje ou o que farás amanhã. (BORGES, 1985, p. 21)

As palavras são símbolos que postulam uma memória compartilhada. (BORGES, 2001, p. 41)

## RESUMO

A tese busca compreender como constituiu-se historicamente um discurso memorial do Holocausto e seus desdobramentos em um impositivo reconhecido como Dever de Memória a partir de sua presença em textos diversos (reportagens, ensaios, manchetes, notas, cartas de leitores etc.) publicados no jornal O Globo entre os anos de 1944 e 1999, periódico impresso no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, criado em 1925 e que alcançou circulação nacional. O corpus documental está composto por esses textos, reunidos a partir dos seguintes descritores: Holocausto, Auschwitz, Shoah, campo de concentração nazista. As edições de O Globo de todo o período foram pesquisadas junto ao acervo digital do jornal, pesquisa que resultou em 6084 páginas de documentos. Dentre essas, foram selecionados 728 textos examinados pela tese. As concepções do paradigma indiciário propostas por Carlo Ginzburg (1990), as reflexões de Arlete Farge (2009) sobre o trabalho do historiador em arquivos e as concepções de discurso de Michel Foucault e Celi Regina J. Pinto embasam a tese, acrescidos dos aportes teóricos da história cultural segundo as obras de Roger Chartier, Robert Darnton Sandra Jatahy Pesavento, e Jeremy Popkins, em especial sobre a leitura, o papel dos jornais periódicos e a circulação de textos. Em relação à história da imprensa no Brasil são inspiradores à tese os estudos realizados por Tania Regina de Luca, Ana Luiza Martins, Maria Helena Capelato, Nelson Sodré e Marialva Barbosa. Para pensar os conceitos de memória, história, escrita historiadora, história do tempo presente, memória e história do Holocausto a tese fundamentam-se nas obras de Paul Ricouer, Sébastien Ledoux, Francois Hartog, Fernando Catroga, Michel de Certeau, Enzo Traverso, Deborah Lipstadt, Peter Novick, Aleida Assmann, Pierre Nora, Pierre Vidal-Naquet, Tony Judt. A investigação desenvolvida na tese tem como premissa central que o jornal O Globo, entre os anos de 1944 e 1999, contribuiu à formação de seu público leitor e da opinião pública sobre um determinado discurso memorial do Holocausto. Os processos históricos de emergência e legitimação desse discurso compõem em O Globo fartamente, tendo sido organizados e analisados pela tese como discursos do campo da política, da cultura, da justiça e da religião, identificados principalmente através dos descritores campos de concentração nazista e holocausto. Ao longo da análise, apresenta-se como compõem em O Globo a emergência, a difusão e a consolidação da memória do Holocausto e como esta findou por afirmar-se pela imposição de um Dever de Memória junto aos leitores, jornalistas, articulistas e editoria do jornal, assim como da opinião pública, processos atravessados por interesses nacionais e internacionais frente ao tema.

**Palavras-chaves:** Holocausto, Discurso memorial, O Globo, Dever de Memória, Imprensa .

## Abstract

This thesis examines how a Holocaust memorial discourse was historically construed and its unfoldings into a Duty of Memory by analyzing its presence in various texts (articles, essays, headlines, notes, reader's letters, etc.) published by *O Globo* between 1944 and 1999, a Brazilian newspaper created in 1925, in Rio de Janeiro, and which circulated nationwide. Issues of *O Globo* from the chosen period were searched on the newspaper's digital collection by entering the descriptors Holocaust, Auschwitz, Shoah, and Nazi concentration camp, resulting in 6084 pages. Of these, 728 texts were selected for analysis. Carlo Ginzburg's (1990) evidential paradigm, Arlete Farge's (2009) reflections on the historian's work in archives, and the concept of discourse developed by Michel Foucault and Celi Regina J. Pinto underpin the discussion, plus the theoretical contributions of cultural history according to Roger Chartier, Robert Darnton, Sandra Jatahy Pesavento, and Jeremy Popkins, especially about reading, the role of newspapers, and the circulation of texts. Regarding the history of the press in Brazil, studies by Tania Regina de Luca, Ana Luiza Martins, Maria Helena Capelato, Nelson Sodr , and Marialva Barbosa inspire the thesis. To examine the concepts of memory, history, historian writing, history of the present time, memory and Holocaust history the text draws from works by Paul Ricoeur, Sébastien Ledoux, François Hartog, Fernando Catroga, Michel de Certeau, Enzo Traverso, Deborah Lipstadt, Peter Novick, Aleida Assmann, Pierre Nora, Pierre Vidal-Naquet, Tony Just. The research developed has as central premise that *O Globo*, between 1944 and 1999, contributed to conforming a readership and public opinion about a particular Holocaust memorial discourse. Its historical emergence and legitimation processes are abundantly recorded in the newspaper, organized and analyzed by this thesis as discourses from the spheres of politics, culture, justice, and religion, identified mainly by the descriptors Nazi concentration camps and Holocaust. The analysis dissects how the emergence, diffusion and consolidation of the memory of the Holocaust appear in *O Globo*, and how this memory ended up cemented by the imposition of a Duty of Memory among readers, journalists, writers and editors, as well as public opinion, processes crossed by national and international interests concerning the topic.

Keywords: Holocaust, Memorial Discourse, O Globo, Duty of Memory, Press.

## Résumé

Cette thèse examine comment le discours commémoratif de l'Holocauste a été historiquement construit et comment il s'est transformé en devoir de mémoire en analysant sa présence dans divers textes (articles, essais, titres, notes, lettres de lecteurs, etc.) publiés par O Globo entre 1944 et 1999, un journal brésilien créé en 1925, à Rio de Janeiro, et qui a circulé dans tout le pays. Les numéros d'O Globo de la période choisie ont été recherchés dans la collection numérique du journal par le biais des descripteurs Holocauste, Auschwitz, Shoah et camp de concentration naziste, ce qui a permis d'obtenir 6084 pages. Parmi celles-ci, 728 textes ont été sélectionnés pour l'analyse. Le paradigme de l'indice de Carlo Ginzburg (1990), les réflexions d'Arlete Farge (2009) sur le travail de l'historien dans les archives et le concept de discours développé par Michel Foucault et Celi Regina J. Pinto sous-tendent la discussion, ainsi que les apports théoriques de l'histoire culturelle selon Roger Chartier, Robert Darnton, Sandra Jatahy Pesavento et Jeremy Popkins, en particulier sur la lecture, le rôle des journaux et la circulation des textes. En ce qui concerne l'histoire de la presse au Brésil, les études de Tania Regina de Luca, Ana Luiza Martins, Maria Helena Capelato, Nelson Sodré et Marialva Barbosa inspirent la thèse. Pour examiner les concepts de mémoire, d'histoire, d'écriture historique, d'histoire du temps présent, de mémoire et d'histoire de l'Holocauste, le texte s'appuie sur des travaux de Paul Ricoeur, Sébastien Ledoux, François Hartog, Fernando Catroga, Michel de Certeau, Enzo Traverso, Deborah Lipstadt, Peter Novick, Aleida Assmann, Pierre Nora, Pierre Vidal-Naquet, Tony Just. La recherche développée a pour prémisse centrale qu'O Globo, entre 1944 et 1999, a contribué à conformer un lectorat et une opinion publique à un discours particulier sur la commémoration de l'Holocauste. Son émergence historique et ses processus de légitimation sont abondamment enregistrés dans le journal, organisés et analysés par cette thèse comme des discours issus des sphères de la politique, de la culture, de la justice et de la religion, identifiés principalement par les descripteurs camps de concentration naziste et Holocauste. L'analyse dissèque comment l'émergence, la diffusion et la consolidation de la mémoire de l'Holocauste apparaissent dans O Globo, et comment cette mémoire a fini par être cimentée par l'imposition d'un devoir de mémoire parmi les lecteurs, les journalistes, les rédacteurs, ainsi que l'opinion publique, processus traversés par des intérêts nationaux et internationaux concernant le sujet.

Mots-clés : Holocauste, Discours commémoratif, Devoir de mémoire, Presse.

## RESUMEN

La tesis busca comprender cómo se constituyó un discurso memorial del Holocausto y su imposición como Deber de Memoria a partir de su presencia en diversos textos (informes, ensayos, titulares, notas, cartas de lectores, etc.) publicados en O Globo entre 1944 y 1999, periódico impreso en Brasil, en la ciudad de Río de Janeiro, creado en 1925 y que alcanzó circulación nacional. El corpus documental fue compuesto por estos textos, recopilados a partir de los siguientes descriptores: Holocausto, Auschwitz, Shoah, campo de concentración nazi. Se buscaron las ediciones de O Globo de todo el período en el archivo digital del periódico, búsqueda que resultó en 6084 páginas de documentos. Entre estos, se seleccionaron 728 textos examinados por la tesis. Las concepciones del paradigma indiciario propuestas por Carlo Ginzburg (1990), las reflexiones de Arlete Farge (2009) sobre el trabajo del historiador en los archivos y las concepciones del discurso de Michel Foucault y Celi Regina J. Pinto fundamentan la tesis, además las contribuciones teóricas de la historia cultural según los trabajos de Roger Chartier, Robert Darnton, Sandra Pesavento y Jeremy Popkins, especialmente sobre la lectura, el papel de las publicaciones periódicas y la circulación de textos. Acerca de la historia de la prensa en Brasil, los estudios realizados por Tania Regina de Luca, Ana Luiza Martins, Maria Helena Capelato, Nelson Sodré y Marialva Barbosa inspiran la tesis. Para reflejar los conceptos de memoria, historia, escritura histórica, historia del tiempo presente, memoria e historia del Holocausto, la tesis se basa en los trabajos de Paul Ricoeur, Sébastien Ledoux, Francois Hartog, Fernando Catroga, Michel de Certeau, Enzo Traverso, Deborah Lipstadt, Peter Novick, Aleida Assmann, Pierre Nora, Pierre Vidal-Naquet, Tony Judt. La investigación desarrollada en la tesis tiene como premisa central que el periódico O Globo, entre los años 1944 y 1999, contribuyó a la formación de sus lectores y de la opinión pública acerca de un determinado discurso memorial del Holocausto. Los procesos históricos de emergencia y legitimación de este discurso que se presentan en O Globo siendo organizados y analizados por la tesis como discursos del campo de la política, la cultura, la justicia y la religión, identificados principalmente a través de los descriptores campos de concentración nazis y holocausto (palabra y concepto). A lo largo del análisis, se presenta cómo el surgimiento, la difusión y la consolidación de la memoria del Holocausto fue expuesto en O Globo y cómo esta terminó por afirmarse a través de la imposición de un Deber de Memoria junto a los lectores, periodistas, escritores y editores del periódico, así como de la opinión pública, procesos atravesados por intereses nacionales e internacionales en relación con el tema.

**Palabras-clave:** Holocausto, Discurso memorial, O Globo, Deber de Memoria, Prensa.

## Lista de Figuras

Figura 1 – Capa de O GLOBO – Atrocidades nazistas de 04/01/1945	104
Figura 2 – Recorte da capa de GLOBO, 04/01/1945	104
Figura 3 – Recorte da capa de Brasileiros sofrendo perseguições de 07/04/1945	110
Figura 4 – Troca de prisioneiros entre o Brasil e o Reich de 16/03/1945	113
Figura 5 – General nazista em 04/05/1945	118
Figura 6 – Recorte da capa de GLOBO de 28/07/1945	127
Figura 7 – “Já se abrem, na Alemanha, as sepulturas” 22/11/1945	137
Figura 8 – Campos de concentração para judeus em Chipre de 16/08/1946	143
Figura 9– Prisioneiros dos bárbaros nazistas de 30/04/1945	177
Figura 10– “a morte e a tortura” de 19/10/1945	188
Figura 11 – História documentada de 28/10/1945 –	193
Figura 12 – Criadas para o extermínio de 3/1/1946	195
Figura 13 – “Bebês lançados [...] no forno crematório” de 28/01/1946	199
Figura 14 – Esquartejavam as crianças de 19/02/1946	200
Figura 15 – Goering defende a Gestapo de 19/03/1946	204
Figura 16 – Pagaram na forca - 16/10/1946	209
Figura 17 – Fugir do cadafalso de 18/10/1946	211
Figura 18 – quadrinho Zê Mulambo de 1/02/1945	230
Figura 19 – Os horrores de 16/10/1946	231
Figura 20 – Os campos da morte de 20/09/1945	233
Figura 21– Pax! de 10/05/1945	253
Figura 22– Epopeia de 21/02/1948	261
Figura 23– Suplemento de Israel de 04/04/1957	264
Figura 24– Holocausto nazista de 04/05/1957	267
Figura 25– recorte do jornal – O Holocausto Nazista de 24/04/1958	276
Figura 26– recorte do jornal – O Holocausto Nazista de 04/04/1957	276
Figura 28 – Convite de 07/04/1983	341-342
Figura 29 – Saudação nazista em 07/05/1995	418
Figura 30 – Crianças Judias em 27/04/1998	449
Figura 31 – Expulsão de Kosovares em 06/06/1999	456
Figura 32 – Imagem de embarque do Museu Yad Vashem	457
Figura 33 – Capa Globo 2000 – fascículo de 05/09/1999	461
Figura 34 – Imagem de judeus mortos - Globo 2000 – fascículo de 05/09/1999	462
Figura 35 – Propaganda do livro “Holocausto” de Elie Wiesel	485
Figura 36 – Anúncio de coleção	500

## Sumário

Apresentação	1
1 Memória do Holocausto & O Globo	4
Parte I –Aportes e conceitos	7
2. História, memória & jornais	7
2.1 Dever de Memória, memória, jornal	11
2.2 Discurso: narrativa histórica e jornalística	18
3 Estratégias metodológicas	29
3.1 Pesquisar, colecionar, resumir e comunicar	30
3.2 Arquivos e o colecionar	33
3.3 Coleções & pesquisas: a memória do Holocausto no jornal O Globo	36
3.4 Coleções da pesquisa e suas tramas	41
4 Imprensa e História: quarto poder, opinião pública e O Globo	47
4.1 Imprensa, quarto poder e opinião pública	48
4.2 Imprensa como empresa no Brasil Republicano e O Globo	52
5 As palavras: nomear e lembrar	61
5.1 Memória do Holocausto: uma construção singular ou exemplar	78
5.2 O discurso memorial e sua designação: entre a palavra e o conceito	87
5.3 A memória dos campos de concentração e do Holocausto: entre a justiça e a política	90
Parte II – Campos de concentração nazista & discurso memorial (1944-1957)	95
6 Politizar e criminalizar o nazismo: discurso da política sobre os campos de concentração nazista	95
6.1 Condenar sem esquecer: discurso da justiça e o Tribunal Penal Internacional de Nuremberg	160
6.2 Desejo de justiça: os campos de concentração nazistas na imprensa	167
6.3 Campos de concentração nazistas e midiática dos julgamentos	181
6.4 Discurso da cultura: memória dos campos de concentração nazista e Holocausto	223
6.5 Sacralizar e lembrar: campos de concentração nazistas e discurso da religião	242
Parte III– Memória do Holocausto e Dever de Memória (1957-1999)	249
7 O holocausto antes do Holocausto no jornal O Globo	249
7.1 O Discurso da Política e ascensão da palavra holocausto	251
7.2 Discurso da política e Holocausto: da palavra ao conceito	271
7.3 Discurso da política e a emergência do Holocausto como conceito	298
7.4 Discurso da política e memória do Holocausto: entre obsessão comemorativa e negação do Holocausto	323
7.5 Lembrar, negar, reconhecer, perdoar: consolidação da memória do Holocausto	379
8 Memória do Holocausto e discurso da cultura	470
8.1 Discurso da cultura: ausências e difusão da memória do Holocausto	471
8.2 Discurso da cultura sobre o Holocausto seus tabus e proibições	499
9 Esquecer, lembrar, punir: o discurso da justiça sobre o Holocausto	563
10 Considerações finais	592
Referências	599

## Apresentação

Esta tese tem como tema de investigação a memória do Holocausto e a afirmação de seu discurso memorial a partir da imprensa, sendo escolhido como documento de análise um jornal periódico publicado no Brasil. Para tanto, problematiza a complexa intersecção que se instaura no decorrer do tempo entre a formação e afirmação de uma determinada memória do Holocausto junto à opinião pública e seus modos de leitura, que estabelecem e constituem discursos memoriais.

A temática de pesquisa faz parte de minha trajetória como pesquisador, que teve início no fim da graduação do Curso de História, quando produzi um trabalho de conclusão de curso versando sobre a escrita biográfica e o relato testemunhal do escritor italiano Primo Levi<sup>1</sup> (CAMARGO, 2011). Depois, tal estudo foi ampliado na Especialização em Ensino de História e Geografia (2012) realizado na UFRGS, que versou sobre ensino de história e o uso de obras testemunhais como elementos didáticos para o ensino da história do Holocausto (CAMARGO, ano). No segundo semestre de 2015, tornei-me aluno do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e retomei o tema do Holocausto e sua relação com as leis memoriais que se impuseram face ao ensino de história, pesquisa que desenvolvi vinculado à linha de Pesquisa História, Memória e Educação. A dissertação intitula-se “Consonâncias e dissonâncias na obrigatoriedade do ensino da história do Holocausto judeu: percursos da lei municipal 10.965/2010 em Porto Alegre” (CAMARGO, 2018). Algumas disciplinas da Linha me proporcionaram a apropriação de conceitos como cultura escrita, escrita autobiográfica, práticas de leitura, memória, além do domínio de questões teóricas do campo da teoria da História, como aquelas ligadas ao paradigma indiciário, à operação historiográfica, à história oral, principalmente na perspectiva da História Cultural.

No processo de produção da dissertação de mestrado, aprofundi os estudos sobre os processos de constituição da memória contemporânea, tomando como foco o desenvolvimento da memória do Holocausto e a relação com processos de emergência de memórias coletivas, que em alguma medida encontravam-se subterrâneas, abarcando o século XX até a consolidação dessas memórias no século XXI (POLLAK, 1989; LACAPRA, 2009; HUYSSSEN, 2000, 2014; TRAVERSO, 2012).

A pesquisa da tese abrange o *corpus* documental composto por edições do jornal O Globo, editado no Rio de Janeiro, que circularam entre os anos 1944 e 1999, disponíveis no

---

<sup>1</sup> Sobrevivente do campo de Auschwitz-Bikernau.

acervo digital de O Globo. A seleção dos conteúdos dessas edições busca compreender como se produz a relação entre opinião pública e memória, pensada a partir dos textos publicados em O Globo e que podem ser concebidos como narrativas jornalísticas. Em especial, esta tese procura mapear e demonstrar os discursos mobilizados nas composições narrativas acerca da memória do Holocausto. As edições foram lidas de modo a cartografar notícias, anúncios, editoriais, notas e textos de colaboradores que contemplam diretamente a temática do Holocausto. O jornal O Globo foi escolhido como objeto de pesquisa devido a sua circulação nacional, longevidade e extensão quanto à sua circulação (1944-1999), perfazendo mais de cinquenta e cinco anos.

O Globo foi fundado no Brasil por Irineu Marinho, em sociedade com Herbert Moses e Justo de Moraes, em 1925, depois de ele “vender” suas ações do jornal “A Noite”, de que também era fundador. Sua circulação ocorria de forma vespertina e, mais tarde matutina, iniciando seus trabalhos em 29 de julho de 1925 (LEAL; MONTALVÃO, 2010). A intenção inicial consistia em estabelecer um modelo editorial diferente dos seus concorrentes da época, centrado na informação e organizado como uma empresa. Contudo, devido à sua morte precoce, a implementação dessa proposta foi realizada pelo seu sucessor, Roberto Marinho, que assumiu as funções diretivas do jornal O Globo em 1931.

Conforme o sociólogo Fernando Azevedo (2006), O Globo, assim como outros jornais fundados no mesmo período, carrega as características notáveis e longevas da mídia brasileira, baseadas no monopólio familiar, no conservadorismo social e político, sendo seu público leitor formado pelas elites e a classe média urbana (AZEVEDO, 2006, p. 89-93). Cabe ressaltar que além de estar inscrito nessa tradição da mídia nacional, O Globo faz parte de um dos maiores conglomerados de comunicação da América.

Além desses motivos, O Globo contempla a baliza temporal inicial da tese, que se deve às temporalidades fundamentais para a ascensão e afirmação da memória do Holocausto. O primeiro marco concerne ao início do processo de libertação do campo de concentração de Majdanek, na Polônia, realizado pelo exército soviético em 23 de julho de 1944<sup>2</sup> (ZADOFF, 2004). Esse evento é tomado nesta tese, assim como pela historiografia do tema, como acontecimento inaugural da difusão de notícias acerca das práticas de extermínio realizadas pelo governo nazista alemão, bem como demarca a emergência de uma memória desse evento e da formação da opinião pública internacional e nacional. O recorte final da tese, o ano de

---

<sup>2</sup> A informação referente à data de libertação desse primeiro campo de concentração foi retirada do verbete Libertação, da *Enciclopedia del Holocausto*, de autoria de Zadoff, publicada pelo museu Yad Vashem de Israel.

1999, decorre da publicação pelo jornal, nesse ano, de uma série de fascículos semanais denominada “Globo 2000”, que constituiria ao fim de um determinado período a Enciclopédia Globo 2000. Esses fascículos foram povoados de verbetes enciclopédicos e históricos sobre acontecimentos marcantes do século XX, entre esses, foi publicada uma concepção conceitual e memorial do Holocausto.

As justificativas expostas acima podem ser acrescidas do reconhecimento de uma ampla circulação de O Globo na esfera nacional, o que referenda a relevância de sua escolha como documentação privilegiada nesta tese. O Globo, em 2022, contava com mais de 1.1 milhão de leitores, com acesso digital; possui a circulação diária de um pouco mais de 285 mil exemplares impressos, nos dias úteis e finais de semana.

Cabe destacar que ao longo da segunda metade do século XX esse jornal dividiu com o jornal Folha de São Paulo a liderança dentre os grandes veículos impressos em circulação no país. Embora não haja informações disponíveis sobre o público leitor total de O Globo no período examinado pela tese, as informações do presente indicam sua expressividade no passado.

A pesquisa aqui empreendida concebe que a circulação de informações e as práticas de leitura representam formas de exercício do poder. A circulação de um determinado tema pode levar ao seu estabelecimento como cânone, pois passa a ser considerado digno de ser transmitido ou ensinado, e o acesso a esse conhecimento, no caso de O Globo, efetiva-se através da leitura. Os processos de desenvolvimento dos jornais e de outros meios de comunicação são atravessados pela produção e difusão de uma memória do Holocausto ao longo dos séculos XX e XXI até a sua consolidação como um tema sensível e controverso (TRAVERSO, 2006, 2012; HUYSSSEN, 2000, 2014, FICO, 2012), que estabeleceu a concepção de um “Dever de Memória” frente a essa temática (BOUTON, 2016; RICOUER, 2010, LEDOUX, 2016).

A tese pressupõe que a imprensa periódica assume funções educativas, de formação da opinião pública, ao promulgar e legitimar determinadas memórias e interpretações acerca das mortes, massacres e genocídios praticados pelo governo nazista, cuja designação triunfante foi Holocausto. Demonstra a necessidade de compreender como discursos e representações contidas no jornal O Globo instituíram uma determinada “memória do Holocausto”, que circulou pelo país a partir da vinculação a processos memoriais que ocorreram no cenário internacional.

No esforço de historicizar e problematizar os discursos presentes em O Globo (1944-1999) que versaram sobre a memória do Holocausto, a tese apresenta-se organizada em três

partes. A Parte I contempla os aportes teóricos e metodológicos que fundamentam a análise e composição do corpus documental da investigação. A Parte II situa os aspectos constitutivos do discurso memorial do Holocausto, a partir do descritor “campos de concentração” até a emergência da palavra “holocausto” para nomear o extermínio operado pelos nazistas entre 1944 e 1957, expostos na tese de acordo com a presença nos discursos do campo da política, religião, cultura e justiça, publicados em O Globo. A Parte III expressa a materialização nos discursos da cultura, política e justiça (entre 1957 e 1999) dos enunciados que levaram à consolidação da palavra “holocausto”, o desenvolvimento de um conceito de “Holocausto” até a afirmação e legitimação de um discurso memorial do Holocausto que se impôs ao longo desse processo como um Dever de Memória junto ao público leitor de O Globo e junto à opinião pública no recorte temporal da tese.

## **1 Memória do Holocausto & O Globo**

A memória do Holocausto apresenta-se como um tema emblemático, que de tempos em tempos toma o noticiário de assalto, ganha as capas de jornais, ocupa os conteúdos de sites jornalísticos e páginas de redes sociais, é difundida continuamente e incisivamente pela mídia, marca a memória coletiva contemporânea. Tal memória compõe o modelo de democracia da atualidade, que se opõe à referência nazista criada nas décadas de 1930 e 1940 (HUYSSSEN, 2000, 2014). A negação dessa memória do passado ou sua depreciação provocam mobilização da opinião pública, e ao longo dos anos os jornais periódicos rememoram, lembram, debatem e comemoram essa memória<sup>3</sup>.

As práticas memoriais tornam-se mais emblemáticas no Brasil no decorrer dos anos 2000, quando várias cidades do país passam a instituir leis que impõem o ensino da História do Holocausto, ou passam a comemorar o dia internacional da Memória do Holocausto em 27 de janeiro.

No caso do jornal O Globo, cuja sede situa-se no Rio de Janeiro, vale registrar que nesta cidade vigora uma lei própria sobre o Holocausto, a Lei Municipal nº 5.267, de 2011, e na esfera estadual do Rio de Janeiro há também a Lei Estadual nº 6.057, de 2011, leis que tornam obrigatório o ensino da história do Holocausto no currículo de história das escolas. Assim também outras cidades possuem leis que versam sobre o tema e definem sua abordagem no

---

<sup>3</sup> A palavra comemorar aqui evoca a questão do lembrar em comunhão, em grupo, no coletivo da sociedade.

ensino de história, como é o caso de Porto Alegre, cuja Lei Municipal nº 10.965, de 2010, consiste na primeira aprovada no país sobre a temática do Holocausto (CAMARGO, 2018).

Quanto à comemoração da memória do Holocausto, a data foi estabelecida pela Assembleia das Nações Unidas através da Resolução nº 60/7<sup>4</sup>, de 1 de novembro de 2005<sup>5</sup>. No Brasil, desde então a data passou a ser lembrada pelos presidentes<sup>6</sup> e pelos órgãos oficiais, e, ainda, existe em tramitação um projeto de lei (nº 9179 de 2017<sup>7</sup>) que visa estabelecê-la no calendário oficial do país. Em alguns municípios, há leis que instituem essa data no calendário oficial, como São Paulo (SP) (Lei Municipal nº 15.059 de 2009), Vitória (ES) (Lei Municipal nº 8.975 de 2019) e Rio de Janeiro (RJ) (Lei Municipal nº 2.310 de 24 de 1995)<sup>8</sup>.

As leis referidas acima referendam a presença do tema na memória coletiva no país, igualmente presente na grande mídia nacional, em especial em jornais de grande circulação. Nesta tese o jornal O Globo é tomado como um observatório ímpar para a historicização da emergência e difusão da memória do Holocausto, no intuito de evidenciar sua presença e seu apelo no seio da sociedade brasileira, talvez pela expressiva presença de uma população judaica ou de origem judaica no país, ou porque fortemente atualizada como a memória da última Grande Guerra Mundial.

Segundo os censos populacionais realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e revisados por Decol (2011) estes apontavam a ampliação da presença de judeus que representavam em 1940, 56 mil indivíduos, para mais de 86 mil no censo realizado em 2000 (DECOL, 2011, p. 153; IBGE, 2000). A presença judaica mais expressiva situa-se no

<sup>4</sup> A resolução consta em: <<http://www.un.org/en/holocaustremembrance/docs/res607.shtml>>.

<sup>5</sup> Em alguns países europeu existem datas comemorativas, como o Dia da Lembrança das Vítimas do Nazismo, na Alemanha, resultado da ação política do presidente Roman Herzog em 3 de janeiro de 1996, No Reino Unido, o Dia do Holocausto foi estabelecido em 2001, sendo comemorado em 27 de janeiro.

<sup>6</sup> Desde que passou a compor o calendário da ONU, a data no Brasil foi lembrada pela presidente Dilma Rousseff, em vários discursos comemorativos; depois pelo presidente Michel Temer, também em eventos comemorativos. Informações registradas na Biblioteca da Presidência e do Planalto. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/videos/videos/2017/temer-participa-de-ato-em-memoria-as-vitimas-do-holocausto>>; <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-alusiva-ao-dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-do-holocausto-salvador-ba>>; <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-alusiva-ao-dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-do-holocausto>>. (Acesso em 19 de maio de 2020).

<sup>7</sup> Projeto de lei de autoria do Dep. Federal Jorge Silva (Solidariedade), que altera a data para 16 de abril: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=53ED5F303624BEC9143D8076A375D98E.proposicoesWebExterno1?codteor=1628539&filename=Avulso+-PL+9179/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=53ED5F303624BEC9143D8076A375D98E.proposicoesWebExterno1?codteor=1628539&filename=Avulso+-PL+9179/2017)>. (Acesso em 29 de janeiro de 2020).

<sup>8</sup> Essa lei, contudo, apresenta como data comemorativa o dia 19 de abril. A íntegra consta em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1995/231/2310/lei-ordinaria-n-2310-1995-institui-no-ambito-municipal-o-dia-de-lembranca-do-holocausto-e-da-outras-providencias?q=holocausto>> (Acesso em 29 de janeiro de 2020).

Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, respectivamente com populações de 42.179 mil, 25.752 mil e 7.269 mil, conforme o censo demográfico do IBGE de 2000.

A tese abrange o período que se estende de 23 de julho 1944 a dezembro de 1999. O primeiro marco concerne à libertação do campo de concentração de Majdanek, e o segundo alude ao encerramento de publicação de um suplemento especial de O Globo denominado “Globo 2000” que difundiu textos com uma definição que reproduz parte dos enunciados acumulados acerca do Holocausto.

Vale ainda registrar que a escolha desse jornal como documento privilegiado na tese deveu-se ao fato de que o mesmo foi publicado durante todo o período que envolve o tema de investigação acerca da emergência e afirmação de uma memória do Holocausto, como também a viabilidade da pesquisa através de consulta junto ao acervo digital de O GLOBO, uma vez que parte significativa da coleta de dados foi realizada durante 2020 e 2021, que correspondem aos anos de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, e portanto de muitas restrições à frequência aos acervos documentais.

O problema de pesquisa que orienta a tese se assenta na seguinte questão-problema:

**Como são produzidos e oferecidos à leitura em O Globo enunciados que conformam um determinado discurso memorial do Holocausto implicado com a noção de Dever de Memória<sup>9</sup>?**

A questão principal, considerada em sua complexidade, se desdobra em outras indagações complementares, que se apresentam como objetivos específicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa e auxiliaram a compreender o problema a partir de diferentes chaves de explicação. Como objetivos específicos a tese procura:

- Compreender o processo histórico de instauração de uma memória do Holocausto a partir da forma como O Globo difundiu determinadas discursividades no período 1944–1999, de modo a examinar processos de mudança ou de persistência de determinados enunciados discursivos acerca da memória da Segunda Guerra Mundial, em especial aqueles atribuidores de significados à temática do Holocausto;
- Pensar a memória como parte ativa na formação dos discursos da política, da justiça, da cultura e da religião sobre o Holocausto, acompanhando as mudanças de posição

---

<sup>9</sup> Por ser um conceito operatório da pesquisa será grafado com letras maiúsculas ao longo da pesquisa (nota do autor).

político-ideológicas, ético-morais no *corpus* documental (através das múltiplas textualidades).

Na sequência, exponho os aportes teóricos que fundamentaram a realização da tese.

## **Parte I –Aportes e conceitos**

Nesta seção apresento os aportes teóricos e os fundamentos da tese, que representam a estratégia analítica e metodológica formulada para a pesquisa e exame dos achados em O Globo, de modo a responder ao problema formulado.

### **2. História, memória & jornais**

Como referi anteriormente, a pesquisa inspira-se na perspectiva historiográfica da História Cultural e visa entender como a imprensa periódica, entre outros mecanismos, pode ser compreendida como formadora da opinião pública, que atua e atuou na difusão de determinados discursos sobre o passado. A partir dessa premissa, O Globo apresenta-se como *corpus* documental, em especial os discursos sobre a memória do Holocausto que se apresentam em textos impressos no período de 1944 a 1999.

O objeto da tese e seu tema possuem imbricações com duas temáticas de atenção da historiografia contemporânea, a primeira refere-se aos usos públicos do passado, e a segunda à história do tempo presente. Prevalece a segunda tendo em vista que as construções discursivas sobre o Holocausto se relacionam às demandas da História do Tempo Presente, e explicitam não apenas esse grande tema como trauma coletivo, mas sua expressão como narrativa identitária contemporânea e impositivo memorial para pensar eventos ligados às temáticas sensíveis e controversas.

As memórias associadas ao Holocausto em grande parte foram modeladas e formadas para além dos sistemas escolares. Os meios de comunicação e demais mídias têm papel ativo na produção de narrativas memoriais e assumem uma função educativa. Como ilustração dessa assertiva podem ser citadas algumas importantes instituições memoriais, como o Centro de estudos e museu *Yad Vashem*, fundado em 1953, na cidade de Israel, Estado de Israel. Também

o Museu Estadunidense Memorial do Holocausto (USHMM)<sup>10</sup> fundado em 1993, nos EUA; o Centro de Recursos Educacionais do Holocausto, situado na cidade de Tóquio, Japão, fundado em 1998; o *Jewish Holocaust Centre*, fundado em 1984, na cidade de Melbourne, Austrália e o *Cape Town Holocaust Centre*, em Durban, África do Sul, criado em 1999. A existência dessas instituições na contemporaneidade e a presença do trabalho de memória em torno ao tema nos cinco continentes reforça sua importância no tempo presente e seu caráter educativo, formador incessante da opinião pública.

A memória do Holocausto, de outra parte, tornou-se presente no currículo escolar em diversos países, seja como conteúdo curricular, seja como evento incluso nas datas reverenciadas nas escolas, com objetivo de lembrar e não deixar esquecer. No caso do Brasil, o tema do Holocausto está incluso na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), como recomendação no nono ano do Ensino Fundamental (2017, p. 424 - 425). Todavia, compreender como essa se tornou uma narrativa estável, a ponto de se transformar em conteúdo de ensino e persistir na memória social no Brasil, é uma questão que instiga esta tese.

A investigação contribui a pensar como essa dívida memorial se estabelece no país. Cabe esclarecer desde já que todos os crimes decorrentes do Holocausto tiveram seu epicentro na Europa, distantes de nosso país. Mas, em casos específicos, houve a participação de outros países com atuação peculiar<sup>11</sup>. A pergunta que instiga a pesquisa histórica, uma vez que essa memória traumática chegou aos noticiários no Brasil, e, portanto, foi consumida, é de como tal memória foi produzida como dever ético/memorial, se foi debatida a partir de um modelo europeu de gestão da memória, que emergiu no contexto francês de disputas memoriais, envolto por singularidades próprias (LEDOUX, 2016); ou ainda, como decorreu a aceitação dessa narrativa pela opinião pública, como cresceu de importância e foi legitimada como um Dever de Memória no mundo contemporâneo diante dos atos criminosos perpetrados e que não se devem repetir (TODOROV, 2000; RICOUER, 2010).

Para o desenvolvimento da pesquisa acerca dos mecanismos de difusão do discurso memorial, a tese inspira-se em reflexões da História Cultural, em especial quanto ao processo de elaboração da escrita historiadora e da operação historiográfica de Michel de Certeau (1982), Michel Foucault (2008) e Paul Veyne (1987), assim como de Primo Levi (2014) e Marc Bloch (2001). Soma-se a noção de paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1990).

---

<sup>10</sup> *United States Holocaust Memorial Museum*.

<sup>11</sup> Algumas deportações e campos de concentração locais foram constituídos em países que flertaram com o nazismo. No caso brasileiro, Eva Alterman Blay (2001) aponta alguns casos de deportação realizadas no país, segundo a importação de modelos de pensamento antisemitas europeus. Um exemplo é a deportação de Olga Benário (DIETRICH, 2007, p.301, BLAY, 2001).

Quanto aos conceitos instrumentais da pesquisa, além dos mencionados acima, a tese se vale dos conceitos de narrativa e discurso, segundo as concepções de Paul Ricoeur (1994; 1985) e Michel Foucault (1999).

A abordagem do documento “jornal” está relacionada às produções da historiografia contemporânea que ampliou o horizonte da noção de documento e as técnicas analíticas. Para o historiador José Carlos Reis (2000), esse processo derivou da Escola dos *Annales* cuja proposta consiste numa abordagem interdisciplinar, que possibilitou que a História dialogasse teoricamente com várias áreas das ciências para compor suas análises. No caso desta tese, as áreas da Comunicação Social e da Sociologia contribuem para entender a produção e a difusão dos discursos acerca de uma memória do Holocausto na imprensa periódica.

Roger Chartier (2008) afirma que o regime de história contemporâneo decretou a impossibilidade do passado ser construído sem vinculação com o presente (2008, p.165). A partir dessa ideia, o autor reforça o trabalho do historiador que, através da habilidade de manipular os seus objetos, articula três funções: convocar o passado; mostrar a técnica; conquistar e convencer o leitor. Para Chartier, o saber histórico visa a “confiabilidade e veracidade que dá tons de real à escrita da história, e traz aos que a evocam um sentimento de reconhecimento” (CHARTIER, 2008, p.166). Assim, a História é recontada através de composições, que não guardam uma ligação direta com a “verdade”, mas que a reconstroem e moldam o imaginário acerca do passado, ganham poder de verdade pelas marcas deixadas nos sujeitos receptores a partir da produção de representações sobre o passado. Esses sujeitos no caso da tese são os jornalistas, editores e leitores que difundem e consomem os textos jornalísticos, as notícias.

O passado como construção histórica busca a veracidade e verossimilhança, deseja substituir o perdido, que é construído no momento da composição da narrativa como representação e que quer ocupar uma ausência. E nesse sentido, a pesquisa histórica opera uma troca, pondo na estante da temporalidade, um novo produto, recomposto com partes do velho restaurado. Portanto, é apenas novidade àqueles que o vêem, mas é o velho ressignificado para ser consumido no presente. De outra parte, a narrativa jornalística impõe o fato narrado, como um real testemunhado e registrado.

É importante pensar como os jornais se apropriam de determinadas narrativas, como os textos de historiadores, entrevistas ou contratação de colunistas que são dados ao consumo e à leitura quando publicados nos jornais. É necessário reconhecer as dimensões retóricas ou narrativas da escrita da história, o que não implica negar-lhe a condição de conhecimento

verdadeiro, construído a partir de provas e de controles técnicos que possibilitam a construção do conhecimento histórico (CHARTIER, 2009, p. 14). Enquanto a história constrói suas narrativas pautada em documentos, que constituem ou possuem rastros do passado, diferentemente, para as produções jornalísticas a verificação em documentos nem sempre é possível, já que o sigilo da fonte é um princípio fundante do exercício do jornalismo no âmbito de uma democracia.

Dentre as inquietações desta tese, trata-se de acompanhar como são estabelecidas as regras e formas de fazer e narrar a história segundo a narrativa jornalística, com seus múltiplos processos de editoração, que influenciam e são influenciados pela opinião pública. Os espaços públicos e suas narrativas são arenas de disputas sociais, culturais e políticas que afetam os trabalhos sobre determinadas memórias, sujeitas a processos de negação ou afirmação, por influência de reformulações constantes, sobretudo derivadas de avanços políticos e científicos.

A história é “uma tentativa de explicar o passado, uma narrativa que presentifica uma ausência no tempo” (PESAVENTO, 2008, p.179), que articula as experiências do tempo passado para dar conta das demandas do tempo presente. Como ressalta a autora, “a história e a sua produção intelectual buscam capturar as razões que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens, em cada momento da história, foram capazes de dar a si e ao mundo” (PESAVENTO, 2008, p.185). Essas concepções podem ser estendidas às narrativas jornalísticas produzidas sobre a temática do Holocausto, uma vez que os sentidos e disputas que compõem as imposições e projetos acerca das formulações históricas e memoriais sobre o passado são divulgadas pela imprensa, dia após dia.

As notícias reverberam as discursividades de um tempo, por vezes apresentam-se como discursos que podem levar à despertar ou deixar adormecer determinadas memórias, segundo interesses, ainda que difusos, contraditórios, controversos. As ações retóricas das narrativas jornalísticas têm como lugar de ação o presente, mas se expandem para o passado visando estabelecer projeções para o futuro. Como documentos de pesquisa, as notícias são acessadas desde o presente e, a partir do esforço analítico, possibilitam compreender as tramas do passado que, no momento da escrita da tese, não cessa de ganhar significados relativos ao presente em incessante movimento. Compreender esses acúmulos de significados está entre as ambições da tese.

## 2.1 Dever de Memória, memória, jornal

Na contemporaneidade, experimentamos uma profusão dos usos da palavra memória, e lembrar tornou-se quase uma “compulsão” ou obrigação social sobre tal aspecto, em um breve frase, o poeta gaúcho Mario Quintana sintetizou tal processo na seguinte frase “o passado não conhece o seu lugar: está sempre presente” (QUINTANA, 1973, p. 64). Esse processo perceptível na crescente “onda” de violências e retorno de discursos e narrativas propagadoras de ódio, que emergem a cada dia nos noticiários, impõem um contínuo ato de lembrar a sociedade acerca dos acontecimentos de seu passado. Não esquecer transformou-se em imperativo contra o fantasma da repetição de determinados “passados”. Estar sempre vigilante acerca da ascensão de discursos memoriais antidemocráticos, não impedira que esses sigam recolhidos na memória cumulativa que guarda esses passados indigestos, que mesmo resistindo distantes da memória funcional, prosseguem em constante uso (ASSMANN, 2011). Se esta foi uma esperança possível à sociedade democrática contemporânea, logo notou-se o erro, pois, como afirmamos antes, o passado desconhece seu lugar.

Joel Candau (2011) indica o avanço contínuo do passado sobre o presente. Tal tendência pode ser notada em boa parte das sociedades ocidentais. O autor nomeou tal processo como *mnemotropismo*, que se expressa nas mais diversas formas de comemorações/rememorações que são resultados de uma “crise do presentismo” (CANDAU, 2011, p. 10). Tais ações expressam-se como uma ação genealógica sobre o passado, que retoma tradições e narrativas que são revividas em um processo “ritualizado de reminiscências” (CANDAU, 2011, p. 46).

Essa tendência não deixa de repercutir em relação ao objeto desta tese, tendo em vista que a imprensa, como mencionado anteriormente, é uma importante instituição social a operar com a memória a partir de mecanismos discursivos de negação e de propagação de determinados discursos.<sup>12</sup>

O filósofo Johann Michel (2010) questiona os limites da memória individual, da memória coletiva e da memória oficial e indaga: “o que é válido e verdadeiro para a memória individual o é igualmente para a memória coletiva e para a memória oficial?” (MICHEL, 2010, p. 16). Essa questão em relação aos jornais implica pensar quais são os sujeitos que podem falar e se fazer ouvir sobre determinados fatos constitutivos de uma memória coletiva, individual,

---

<sup>12</sup>A *retrotopia* é a paixão desmedida que busca o passado como utopia, um passado recriado a partir de uma visão positiva, ingênua sobre os acontecimentos do passado que não suportam uma análise aprofundada. Tal questão é debatida por Candau (2011) e aprofundada em Bauman (2017).

nacional ou até mesmo global, como é o caso das memórias que envolvem a temática do Holocausto.

O século XX é traumático devido às duas Grandes Guerras. Sua genealogia encontra-se marcada pela dualidade entre a memória e o esquecimento, e como exemplo de tal esquecimento, o genocídio armênio e o massacre de Ruanda ainda restam como traumas abertos. Quem se lembra desses acontecimentos? Alguns lembram do atentado às Torres Gêmeas, mas a resposta pode diferir? Sim, por exemplo, um chileno poderia lembrar o Golpe de Estado de 1973. Além de um latino-americano informado, quem no mundo lembraria da morte do presidente chileno no Palácio de la Moneda? Quem poderia esquecer o ataque aos norte-americanos acontecido em 11 de setembro de 2001? Assim, para uma questão pulsante como a que é aqui formulada, quais eventos memoriais a mídia impressa e as demais instituições sociais têm legitimado? Nessa espécie de regime memorial que vivenciamos no presente, quais memórias somos obrigados a lembrar como sociedade? E quais aquelas que devemos esquecer?

A complexidade referida acima é analisada por Hartog (2013) que propõe o conceito de “regime de historicidade”, que abarca o presente e impõe uma compreensão social do passado (HARTOG, 2013, p. 28). Para o autor, regime de historicidade tem um uso instrumental para compreender os processos sociais nos quais o passado tornou-se a força motriz das ações sociais no presente. Os discursos memoriais passaram a presentificar o passado, dando-lhe uma perpétua presença em nossas ações mais cotidianas. O passado ganhou aspecto de fetiche através de expressões como *vintage* ou *retro*. Entretanto, sua presença no discurso não é mera casualidade. Esse processo passou a se desenvolver nas últimas décadas do século XX e ganhou força e sentido amplo no século XXI.

A história conjurou a memória, passando a questioná-la através das abordagens da micro-história e da história oral, e tal modelo de produção historiográfica ganhou prestígio acadêmico e midiático (SARLO, 2007, p. 43-44). Segundo Sarlo, “do meio século que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até o presente, a memória ganhou um estatuto irrefutável” (Ibid., p. 44). Logo, se o passado se impõe no presente, “que relações manter com o passado?”, “O que destruir?”, “O que conservar?” (HARTOG, 2013, p. 30). No caso do jornal O Globo, o problema de pesquisa anunciado anteriormente implica indagar como esses passados foram produzidos ao longo do recorte temporal da pesquisa.

No contexto da normatividade dos discursos sobre o passado foram produzidas determinadas narrativas memoriais. A questão que se pode inquirir é em qual momento esses

passados tornaram-se dignos de rememoração e lembrança? De fato, como afirma Johan Michel:

não subsiste mais do que um número limitado de traços do passado comum, traços que persistem no tempo presente: os traços podem desaparecer, outros podem ser progressivamente apagados e outros podem ainda ir, ao longo do tempo, perdendo suas significações para os contemporâneos. Além disso, esses traços não são, *a priori*, os sinais concretos de alguma coisa do passado, mas supõem dispositivos de decodificação, métodos de interpretação que variam historicamente. (MICHEL, 2010, p. 16)

Refletir sobre os métodos de decodificação e significação implica compreender como determinadas narrativas foram selecionadas e depois disseminadas à composição das memórias. As memórias coletivas são fruto de um sistemático processo de compartilhamento de memórias, e têm como empecilho a singularidade das memórias individuais. Mesmo experiências compartilhadas dependem de uma ação individual quanto aos processos de rememoração e comemoração.

Nesse sentido, segundo Candau, *la noción de memoria es práctica pues no es posible ver cómo designar otro modo que con este término ciertas formas de conciencia del pasado (o de inconsciencia en el caso del olvido), aparentemente compartidas por un conjunto de individuos* (CANDAU, 2002, p. 61). Em muitos momentos a imprensa periódica teve duas utilidades, a primeira como espaço à realização dos trabalhos da memória (RICOEUR, 2010), e depois, sendo um lugar de memória e de exposição desta.

Nesta tese, a premissa de Candau é útil, pois afirma: [...] *quizás podríamos decir que la memoria da cuenta naturalmente de una verdad semántica de los acontecimientos que no encontramos fácilmente en la verdad de los acontecimientos restituida por el trabajo del historiador* (CANDAU, 2002, p. 60). Nesse mesmo texto, relendo Paul Ricoeur, Candau afirma que a memória é tributária do testemunho dos que viveram a experiência, enquanto a história como ciência se opõe a ela, a quem a memória representa uma marca indiciária (CANDAU, 2002). As perguntas que emergem dessas reflexões são: Os jornais reverberaram os esforços memoriais de seu tempo em suas narrativas jornalísticas? Se positivo, como essas narrativas se relacionaram com as produções historiográficas acerca da temática do Holocausto? Na análise empreendida nesta tese, algumas possíveis respostas foram encontradas.

O historiador, em seu ofício, reconstrói o passado como narrativa, sem estabelecer uma sentença definitiva acerca dele; opera com um quadro de possibilidades de verdade, que ele constrói a partir da operação historiográfica. A memória, assim como outros documentos, é

submetida à crítica pelo historiador. A operação historiográfica difere da escrita jornalística, que em sua abordagem moderna expressa a opinião do jornalista ou colunista. Diferente do historiador, o jornalista trabalha com fatos e afirmações. Com isso, o texto jornalístico afirma assumir a função de comunicar e difundir uma verdade. Logo, é da “verdade” expressa como memória que se faz o texto jornalístico, que muitas vezes institui um sentido de real. A narrativa jornalística opera com a expectativa criada pela reconstituição dos acontecimentos tomados como verdade e que se tornam notícia. Se for notícia, em algum momento, já foi verdade?

No que concerne à produção e circulação de discursos memoriais através das narrativas jornalísticas, parece útil pensar a memória e suas formas de constituição. Nesse sentido, o modelo antropológico de compreensão de Candau (2011), estabelece um consumo cotidiano e repetitivo do passado através dos trabalhos da memória.

A produção pública do passado está vinculada às políticas públicas de memória, que conheceram o apogeu na França na década de 1990, quando emergiu o conceito de “Dever de Memória” (LEDOUX, 2016, BOUTON, 2016). Mas os processos de disputas remontam às décadas de 1970 e 1980, quando os temas memoriais ganharam espaço midiático, como assinala Huyssen (2001). Para além desse histórico de emergência, o conceito de “Dever de Memória” tem ligação com o metropismo, a compulsão memorial antes referida, que estabeleceu o imperativo do não esquecimento, manifesto como discurso no mundo ocidental contemporâneo. O discurso sobre o esquecimento estabeleceu práticas memoriais baseadas em lutas pela lembrança, sendo impostas como um dever ético e de justiça frente às vítimas, em especial no que tange aos temas do pós-Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente, o termo Dever de Memória na França esteve associado a figura de Primo Lévi, sobrevivente do Holocausto a partir de meados de 1980, mas ganha força na França depois da publicação do livro “*Le devoir de mémoire*” em 1995. Esse livro era uma tradução de uma entrevista de Primo Levi a dois historiadores italianos Anna Bravo e Frederico Cereja concedida em 1983, publicada com o título “*Intervista a Primo Levi, ex deportato*” pela editora Einaudi. No caso francês, soma-se ao esse fato a ampliação da presença termo decorre das reflexões midiáticas sobre Vichy entre os anos de 1992 e 1994. Conforme Ledoux a partir de 1996 a expressão “dever de memória” foi adotada para refletir sobre eventos passados relacionados a genocídio armênio, escravidão, genocídio dos tutsis em Ruanda, regimes comunistas. Todavia, seu sentido primordial se matinha em relação acima de tudo ao genocídio judaico e ao sistema de campos de concentração nazista (LEDOUX, 2014, p. 4). A emergência do uso do termo

poder ser um dos motivos da ampliação do debate em O Globo da noção de responsabilidade frente ao passado

Bouton (2016) compreende o Dever de Memória como a obrigação de salvaguardar a memória de certos sofrimentos do passado. Na expressão negativa do Dever de Memória, para esse filósofo se torna impositivo afirmar o que não se deve esquecer. Assim, impõem-se uma noção de que “tu não deves esquecer”, cujo encaminhamento “localizado” dá-se “em seu contexto e de acordo com seu objeto”. Esse autor defende que tal imperativo está ligado ao “Dever de Memória” e encampa responsabilidades para o que passou (BOUTON, 2016, p. 276).

Com objetivo de definir essas responsabilidades, Bouton (2016) se vale de três tipificações: 1) a responsabilidade como causação, que se constitui como consciência de ser a causa, logo, reconhecer-se como autor e agente responsável pela causalidade; 2) a responsabilidade como culpa, em seu sentido legal ou moral (o debate está em entender se a ação seguiu de acordo com as normas); está em jogo assumir a responsabilidade jurídica, aceitando a falha como ato delinquente. Assim, a reponsabilidade jurídica se diferencia da responsabilidade moral (essas não são escritas nos códigos, e podem se apoiar em costumes e tradições). “As duas formas de culpa legal e moral muitas vezes se sobrepõem, como no caso de assassinato” (BOUTON, 2016). A culpa moral não estabelece uma culpa jurídica; 3) uma responsabilidade para com o futuro (preocupação como princípio de responsabilidade), um tipo de responsabilidade que se encaminha para um “dever fazer”. Em tal contexto, é “uma responsabilidade que não é redutível à culpabilidade, a uma falha cometida no passado” (BOUTON, 2016, p. 277-278).

Ora, o esquecimento e a negação das memórias relacionadas ao genocídio judeu, ou ao massacre armênio, ou ao debate em torno dos *gulags* soviéticos e julgamentos dos carrascos nazistas, aos riscos de uma guerra nuclear ou à devastação ambiental, possuem falhas tratadas como uma patologia moral pela opinião pública. O debate público auxiliou no processo de consolidação do conceito de “Dever de Memória” como um imperativo contemporâneo que negou o esquecimento de certas memórias. Alguns desses processos foram estudados em minha dissertação que demonstra que esse encaminhamento de memórias aos meios midiáticos avança e chega à educação (CAMARGO, 2018, p. 86).

A crescente publicidade conhecida pelo tema do Holocausto é fruto do seu processo de midiaticização ocorrido nos de 1970 e 1980, expresso em séries de televisão, difusão de testemunhos em documentários e em filmes (HUYSSSEN, 2001). A consolidação do “Dever de

Memória" como mecanismo de reparação dos sujeitos e comunidades que foram submetidos a sofrimentos no passado, não pode ser livre de críticas aos riscos da transposição desses passados sob a forma de fetiches ou da emergência de novos ufanismos frente aos regimes autoritários. Tais processos requerem cuidados na produção da escrita da história. E persiste a indagação: Como esses processos foram capturados e difundidos pela imprensa? Quais processos decorreram até que o Discurso Memorial do Holocausto fosse composto, difundido e reconhecido como um regime de verdade no Brasil?

Sarlo (2007) critica o estatuto de verdade atribuído a essas memórias devido à sua ligação com a noção de “Dever de Memória”, pois “induz uma relação afetiva, moral com o passado, pouco compatível com o distanciamento e a busca de inteligibilidade que são o ofício do historiador” (2007, p. 43). Para Sarlo

os discursos da memória, tão impregnados de ideologias como os da história, não se submetem, como os da disciplina histórica, a um controle que ocorra numa esfera pública separada da subjetividade. A memória tem tanto interesse no presente quanto a história ou a arte, mas de modo distinto. Mesmo nesses anos, quando já se exerceu até às últimas consequências a crítica da ideia de verdade, as narrações de memória parecem oferecer uma autenticidade da qual estamos acostumados a desconfiar radicalmente. (SARLO, 2007, p.67)

A citação exprime uma advertência útil à pesquisa aqui apresentada, pois ressalta a discursividade que atravessa as narrativas memoriais (SARLO, 2007). Portanto, a expressão “Dever de Memória” constitui-se antes de tudo no discurso e desdobra-se em seus enunciados.

A partir da premissa de que a memória do Holocausto chegou ao continente americano com os sobreviventes, as testemunhas da guerra (jornalistas, políticos ou militares, pessoas comuns), será que Mario Quintana está certo ao sugerir que “o passado não sabe seu lugar”? Se sim, como esse passado encontrou guarida na produção de um jornal periódico no Brasil? É possível, nesse cenário, reconstruir a ascensão da temática em seu processo de midiatização no contexto de um jornal de circulação nacional? Tais questões e suas possíveis respostas apresentam-se discutidas nos capítulos de análise da tese.

Também é impossível descuidar do fato de que o passado ligado às memórias da Segunda Guerra persiste contemporaneamente em pleno processo de judicialização, tendo em vista que alguns membros da Schutzstaffel (SS) ainda estão sendo julgados<sup>13</sup>. Esse passado é retomado em 1961, com o julgamento de Eichmann em Jerusalém, momento em que as primeiras implicações éticas sobre as ações feitas no passado começam a ser desenhadas

---

<sup>13</sup> O julgamento do guarda Bruno Dey, do campo de concentração polonês de Stutthof, foi realizado ao longo dos meses de outubro a dezembro de 2019 (CORREIO DO POVO, 17 de outubro de 2019, p. 11).

(ARENDDT, 1999). Depois, uma série de julgamentos públicos publicizados pela mídia, assim como o debate sobre a escrita da história, passaram a ganhar espaço público e notoriedade, como no caso francês, onde não foi incomum que os historiadores passassem a ser chamados para auxiliar o judiciário<sup>14</sup>.

E é no cenário dos julgamentos públicos que emergem as correntes negacionistas<sup>15</sup> na década de 1950, que se mantém vivas na atualidade<sup>16</sup>. No caso desta tese, é preciso compreender como foi possível, nessa mesma temporalidade e observando O Globo, negar o Holocausto? Quem poderia negar este acontecimento tendo em vista sua condição de mal primordial? Talvez a questão se situe nos meandros entre o lembrar e o esquecer, cujo cerne encontra-se numa necessidade: de lembrar dos mortos para não esquecer dos vivos.

A análise da imprensa periódica como instituição formadora e disseminadora de determinada memória impõe o questionamento dos processos de produção de narrativas e discursos em oposição a outras que foram negadas, a exemplo, no Brasil, da memória da escravidão e do massacre dos povos indígenas. Sobre esse processo de esquecimento seletivo, o filósofo Johann Michel afirma:

[...] a memória pública oficial, produzida pelas autoridades públicas legítimas, negou trechos inteiros da história coletiva em benefício, na maior parte dos casos, de outras lembranças que tornaram a realidade mais apaziguadora ou mais aceitável. Nos casos de traumas ligados às guerras intestinas devastadoras, com sacrifício ou destruição de populações, o mecanismo de negação serve, em parte inconscientemente, para cicatrizar provisoriamente as feridas coletivas. (MICHEL, 2010, p. 17)

A afirmação do autor sobre os processos de apaziguamento e negação do passado afetam de forma contundente o problema de pesquisa desta tese, pois como não pensar na ascensão da memória do Holocausto entre 1944 e 1999, no âmbito da realidade brasileira? Ou, como esquecer o debate sobre as inúmeras mães que não puderam enterrar seus filhos “sumidos” pela ditadura civil-militar brasileira entre 1964 e 1985? Sobre a questão da interdição do passado e do trabalho de memória, Todorov (2002) afirma que em condições democráticas o Estado não

---

<sup>14</sup> Sobre a questão da judicialização do passado, Todorov afirma: “*una consecuencia marginal de esta exigencia es que legislar sobre la labor de establecimiento de los hechos es abusivo. Por ello, aunque parta de buenas intenciones, la reciente «ley Gayssot» que castiga, en Francia, las elucubraciones negacionistas no es bienvenida. Las leyes anteriores permitian ya castigar la difamación o la incitación al odio racial, proteger a las personas; en cambio, los tribunales no están cualificados para establecer hechos históricos, aun tan graves como los crímenes de los regímenes comunistas, del poder nazi o de los Estados coloniales*”. (TODOROV, 2002. P.149)

<sup>15</sup> Tal assunto será abordado de forma aprofundada no próximo capítulo.

<sup>16</sup> No início de 2019, Alain Soral, ensaísta francês de extrema-direita, que já havia sido obrigado a pagar multas por negar o Holocausto, repetiu a negação e foi sentenciado a um ano de prisão. (Notícia disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/15/ensaista-frances-e-condenado-a-prisao-por-negar-a-existencia-do-holocausto.ghtml>>, consulta em 10 de outubro de 2019)

pode proibir a busca pela justiça frente aos atos cometidos no passado, mesmo que essa justiça se dê através de uma justa memória.

Para Todorov, “*cuando los acontecimientos vividos por el individuo o por el grupo son de naturaleza excepcional o trágico, ese derecho se convierte en un deber: el de recordar y dar testimonio*” (TODOROV, 2002, p. 148, grifo do autor). De alguma forma, o “Dever de Memória” transmutado em dever de justiça e história se estabeleceu como incontornável para a opinião pública e passou a ser veiculado pelos jornais como uma narrativa válida e corrente. Pensar tal processo instigou, entre outras questões, esta tese.

## 2.2 Discurso: narrativa histórica e jornalística

Uma relação contínua entre o passado e o presente é apontada por Hobsbawm (1998) que afirma: “O presente é o momento instantâneo, nesta armadilha temporal temos dois tempos, o passado, o que passou e o futuro, aquilo que virá. (...) O passado presente e o futuro constituem um contínuo (HOBSBAWM, 1998, p. 50). Essa relação passado-presente constitui parte da problemática de pesquisa desta tese. A tensão entre a narrativa jornalística e a narrativa histórica a partir de processos de implicação mútua fundados na memória coletiva e suas relações de uso no presente, constituem reflexões que representam uma possibilidade de demonstrar os processos de ascensão e declínio de determinadas narrativas do passado e sobre o passado, e embora não se possa atribuir -lhes a classificação como jornalísticas ou históricas, pois o jornal publica uma heterogeneidade de narrativas, podem ser caracterizadas como históricas em relação ao tema, e ambas são submetidas ao crivo editorial. Trata-se de compreender como as narrativas jornalísticas elaboram a notícia, que quando publicada assume um estatuto de verdade ou de uma verdade verificável/verossímil<sup>17</sup>, dependendo de quem as produz, assim como de quem as consome, em relações complexas de discursos que as atravessam. Para Ricouer “o mundo exibido por qualquer narrativa<sup>18</sup> é sempre o mundo temporal, [assim] a

<sup>17</sup> A questão da verdade ou da falsidade de uma narrativa concerne ao conceito de vontade de verdade, que para Foucault (1999) se relaciona com certas instituições que são dotadas de poder para exercer pressão ou constrangimento sobre outras instituições, no caso o jornalismo, tomado como quarto poder. (1999, p. 16-17).

<sup>18</sup> Para Ricouer (1994), a narrativa instaura-se através de uma tripla mimesis, que estabelece uma circularidade entre tempo e narrativa, circularidade condicionada na mimesis I ao que tange à experiência, que atua sobre os símbolos e linguagem que operam a margem do texto. A mimesis II configura-se no texto a partir do enredo, que atribui forma à experiência vivida (mimesis I), e que depende do desenvolvimento do enredo (início, meio e fim) a partir de uma síntese heterogênea. Na mimesis III o vivido é reconfigurado no campo da experiência apresentada como texto dado a ler, sendo o momento da interpretação, apropriação da narrativa pelo leitor que consome e recria o texto. Na mimesis III a experiência é reconfigurada numa trama, que volta ao mundo através da experiência como processo de leitura. Sobre o leitor e a prática da leitura, para ele a última atualiza o texto, cujo sentido

narrativa é significativa na medida em que esboça traços da experiência temporal” (1994, p.17). As narrativas são atravessadas por filtros institucionais, visíveis e invisíveis ao leitor. Em O Globo, a memória do Holocausto apresenta características dos tempos em que tomou as páginas em textos que operam para a fixação ou negação dos seus conteúdos, conforme os discursos que ecoam em suas afirmações.

Nesse sentido, o conceito de discurso é concebido em referência à acepção que lhe é atribuída por Michel Foucault (1999). Para o autor, o discurso é composto de signos interconectados em uma inumerável rede discursiva que remete a um sistema aberto que produz, sistematiza, registra e determina valores de uma sociedade e, simultaneamente, opera sua difusão. O discurso é mais que uma série de frases e palavras ordenadas a fim de alcançar uma lógica, ele possui um significado imposto, é estruturante de um imaginário social. A expressão dos discursos nas narrativas se faz de forma transitória, sob um tempo indefinido, sendo inquietante e banal, expõe fragilidades e poderes que são resultados de processos pacíficos e violentos que atravessam as palavras de forma silenciosa, mas se fazem presentes nas rugosidades, evidenciadas pelo seu registro (FOUCAULT, 1999). Todavia, muitos discursos atravessam e imbricam-se em uma mesma narrativa, ainda mais quando essa é operada na esfera pública.

Para a compreensão da memória do Holocausto cresce de importância a afirmação de Foucault (1999) sobre a produção social do discurso, que para ele se trata de uma produção “simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 8). O autor afirma que existem procedimentos de exclusão dos discursos, pois “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Ibid., p. 9). Esses controles são organizados em três sistemas de exclusão: as interdições, a oposição entre razão e loucura e a vontade de verdade (FOUCAULT, 1999, p. 9).

O primeiro sistema de exclusão é composto pelas interdições que Foucault (1999) organiza em três tipos: tabu do objeto<sup>19</sup>, ritual das circunstâncias<sup>20</sup> e direito privilegiado ou

---

depende do exercício da temporalidade da tarefa mimética: prefiguração (temporalidade do autor), configuração (temporalidade do texto) e refiguração (feita pelo leitor em seu tempo) (RICOEUR, 1994).

<sup>19</sup> Pressupõe que determinados objetos são tabus, como sexualidade e política (FOUCAULT, 1999, p.9).

<sup>20</sup> Refere-se a certos discursos que têm um período específico para sua enunciação (FOUCAULT, 1999, p. 36).

exclusivo do sujeito que fala<sup>21</sup>. Todas as interdições tolhem a potencialidade dos discursos e limitam o seu poder, pois determinam seu campo de ação, aqui tomando os campos do jornalismo e da história.

O segundo refere-se à “oposição entre a razão e loucura”<sup>22</sup>, o que faz, pois, com que o discurso proferido pelo louco não possa circular indistintamente. A classificação de um discurso como louco foi atribuída aos discursos científicos que destoavam das verdades estabelecidas quando emergiram. E, por último, “a vontade de verdade”<sup>23</sup> que faz referência ao discurso como verdade, e essa exclusão representa, em si, o poder (FOUCAULT, 1999, p. 20-30). Essa questão é reforçada pela seguinte afirmação de Foucault: “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo, em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Ibid., p. 9). A vontade de verdade representa a forma como uma determinada sociedade estabelece e utiliza o saber, valorizando-o, atribuindo ou negando o seu valor. Nesse sentido, a vontade de verdade se estabelece como um sistema de coerção que age frente aos demais discursos, autorizando-se pelo discurso de verdade. Posto no discurso como verdade, age a partir do consenso, que afirma algo como verdade possível em um determinado tempo.

Notadamente, esses processos de controle da emergência e proliferação discursiva podem ser demonstrados frente às narrativas produzidas pelo jornalismo e pela história, que se fazem presentes em espaços comuns, mas desiguais em seus ritos e relações com a memória e o passado. Pensar como essas narrativas operam discursivamente para afirmar, excluir e interditar certas compreensões sobre o passado ligado ao Holocausto constitui um grande desafio, uma vez que esses processos passam por leituras e filtros internos e externos aos jornais, afetados pelos diversos tempos em jogo, que alteram as possibilidades da produção da notícia e sua “impressão” na materialidade do jornal.

Rioux (1999) afirma que profissionais jornalistas e historiadores adquirem, quase simultaneamente, importância. De um lado, o jornalista no exercício das suas atribuições seria “Sísifo do Efêmero” que produz narrativas direcionadas para o esquecimento, buscando

---

<sup>21</sup>Contempla determinados discursos que só podem ser proferidos por determinados indivíduos (FOUCAULT, 1999, p.9).

<sup>22</sup> Os discursos do louco só podem ser enunciados em cenário teatral, no qual se misturam com o intuito de se constituírem como comédia (FOUCAULT, 1999, p.10-11)

<sup>23</sup>Segundo Foucault, “vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apoia-se numa base institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, claro, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas é também reconduzida, e de um modo mais profundo sem dúvida, pela maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído” (FOUCAULT, 1999, p.17).

capturar o leitor para os eventos e acontecimentos cotidianos de modo a vencer a morte. Contudo, a notícia tem como destino o lixo ou os peixes. Do outro lado o historiador, que ao longo dos séculos XIX e XX ganhou uma tripla função: “de sábio das fontes [documentos], de grão-sacerdote da memória nacional e de intelectual em pleno exercício” (RIOUX, 1999, p. 120). Se o jornalista trata do efêmero, guiado e controlado por prazos de fechamento de edições, ao historiador cumpre ser responsável por refletir sobre manutenções e permanências que são livres da fugacidade que toca a narrativa jornalística. Assim, a escrita jornalística concentra-se nos acontecimentos que são expostos de forma midiaticizada e guiada pela urgência. Na escrita historiadora<sup>24</sup> os acontecimentos são analisados em amplos quadros comparativos e históricos.

Essas afirmações tornaram-se possíveis a partir da década de 1960, pois nesse momento os jornalistas assumiram a função de “historiadores do instante” e adotaram métodos de pesquisa para a produção da notícia, buscando o “domínio documental” a partir de estudos realizados nos arquivos dos jornais e em periódicos científicos, e esses movimentos aproximaram a narrativa jornalística e a histórica. O encaminhamento dos jornalistas aos arquivos e para a pesquisa, segundo Rioux (1999) acabou por inaugurar as possibilidades da história do tempo presente, que depois se tornou campo de estudo para História. Nesse sentido, como administradores do efêmero, os jornalistas tornaram-se mediadores da experiência do contemporâneo e da experiência vivida (tomado como passado) (RIOUX, 1999, p. 123-126). O espaço ocupado pelos jornalistas deveu-se ao fato da ampliação do papel dos meios de comunicação que passaram a atrair o público através de furos jornalísticos e grandes reportagens de cunho investigativo.

As narrativas jornalísticas foram afetadas pelas demandas históricas de um mundo em reconstrução no pós-guerra, que convivia com conflitos sociais, políticos e culturais que suscitaram a necessidade de reconstruir e esquecer, de contar a respeito dos sofrimentos e vivências de um passado até então esquecido, e da necessidade de um projeto de democracia liberal baseada na integração social europeia e depois mundial (TRAVERSO, 2002, JUDT, 2007, POLLAK, 1989). Essas constatações encaminham a compreensão de como a narrativa jornalística foi composta e exprimiu-se na realidade brasileira, considerando a composição cultural, social e política local frente aos eventos que constituem a memória do Holocausto. E Ricoeur (1994) aponta mais pistas ao afirmar que qualquer ação narrativa se faz por um ato

---

<sup>24</sup>Segundo Ricoeur, entender “a história é compreender como e porque os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos” (RICOEUR, 1994, p. 105).

mimético imposto àquele que consome, constrói e reconstrói o que é compartilhado como narrativa.

Essas pistas podem ser aprofundadas a partir de Genette (1995), que conceitua narrativa evocando três perspectivas: a) o “enunciado, discurso e texto”, que concernem ao ato narrativo (oral ou escrito) e descrevem o acontecimento através do seu conteúdo; b) a “sucessão de um acontecimento”, que verídico ou não, se expressa pela narrativa e relaciona-se com a história como enredo; c) o “ato narrativo produtor”, que evoca determinado evento como referência. Para esse autor, há um paradoxo entre a história e a narração, pois ambas são dependentes do ato narrativo, que é fundante do acontecimento (GENETTE, 1995, p. 33). Para complementar a perspectiva de Genette (1995), Ricouer (1985) estabelece três preocupações fundamentais acerca da narrativa:

[1] preservar a amplitude, a diversidade e a irredutibilidade dos usos da linguagem, [2] associar as formas e as modalidades dispersas do jogo de narrar, [3] e pôr à prova a capacidade de seleção e de organização da própria linguagem, quando está se estrutura em unidades de discurso mais longas que a frase a que podemos chamar de texto. (RICOEUR, 1985, p. 24)

Para Ricouer (1994), ainda, o relato apresenta-se como uma síntese heterogênea dotada da capacidade de unificar em um enredo combinações causais, intencionais e acidentais, configuradas no tempo, que incluem o discurso. Essa síntese de consumo rápido é expressa pelas narrativas divulgadas pelos jornais, mesmo quando evocam temas históricos.

Quanto ao debate sobre a produção de narrativas que se reportam ao passado, Chartier afirma que “os historiadores já não têm o monopólio das representações do passado. As insurreições da memória, tanto como as seduções da ficção, fazem-lhes forte concorrência” (2010, p. 7). Para relatar o cotidiano, a escrita jornalística, segundo Rossi (2006), realiza uma “grande batalha para a conquista de mentes e corações”, conquista do leitor que se faz pela empatia ao texto (2006). O esforço se traduz na busca por convencer quem lê de que seu conteúdo revela uma verdade referencial e que se trata de aceitá-la ou negá-la como experiência válida. Nessa perspectiva, Lage (2001) afirma que a notícia sofreu mutações, embora busque recontar e traduzir ao leitor o acontecimento presenciado pelos jornalistas. Os contornos técnicos da escrita jornalísticas possibilitaram ocultar certas posições dos grupos hegemônicos, pois, notadamente o modo de produção mudou migrando das crenças individuais para encontrar consensos coletivos que refletem tensões culturais e de classe (LAGE, 2011, p. 24).

Mas os textos jornalísticos também são investidos de sentidos conforme os suportes e os modos como são apresentados. Qualquer leitura inicial do texto jornalístico prende-se ao

estilo adotado pela escrita, depende do alcance do impresso em que é dado a ler. Os recursos estilísticos também tocam aqueles que consomem a notícia<sup>25</sup>. Esse estilo ou método didático de expor e produzir a notícia visa responder a seis perguntas: “Quem fala?”, “De onde?”, “Como?”, “Quando?”, “O quê?” e “Por quê?”<sup>26</sup>. Esses elementos compõem a parte inicial do texto jornalístico e servem como uma apresentação do tema em busca de estabelecer a relação do texto com o leitor. São essas ações que possibilitam à produção narrativa jornalística a transposição de informações em notícias, uma vez que nem tudo é notícia, mas poderá vir a ser. Só é noticiado aquilo que rompe o tecido da normalidade estabelecida. Noticiar é um verbo de ação, realizado pelos produtores da notícia.<sup>27</sup>

Conforme Genette (1995), qualquer outra forma de expressão narrativa, mesmo as produzidas pelos jornalistas e editores, no caso desta pesquisa, segue as normativas dos discursos narrativos e se expressam em uma dupla temporalidade que é constituída pela temporalidade do evento contado, munido do seu significado e outra pela narrativa, que estabelece o significante daquele acontecimento, como uma tradução que é ofertada a sociedade. Todavia, a narrativa nessa perspectiva só conhece a limitação temporal produzida pelo público leitor (RICOUER, 1994; GENETTE, 1995, p. 33). A narrativa jornalística opera em diferentes temporalidades evocadas no presente, dentre elas o passado, para produzir o texto jornalístico, que visa atender os interesses do público. Por isso, o que está em jogo é a definição dos temas que merecem ser debatidos, silenciados ou, simplesmente, esquecidos por atos de esquecimento voluntário ou involuntário. Dalmonte entende o jornalismo como:

lugar de articulação de discursos sociais, com base no diálogo de interesse público e, conseqüentemente, agente mediador entre o mundo dos fatos e a instância de leitura/recepção. Toda a comunicação que interessa à opinião pública é mediada pela instância jornalística, que confere uma aura de

<sup>25</sup> Sobre aos processos de produção e composição da notícia, Darnton (1990), evoca o caso de uma matéria escrita por ele, que se referia ao roubo de uma bicicleta de um menino no parque da cidade onde atuou como jornalista. Inicialmente, como desafio resolveu produzir essa notícia que ele apresentou em um texto neutro que se prendia aos fatos e informava. A produção foi repassada para uma jornalista mais experiente, que transformou seu texto em notícia! Essa ação ocorreu através de apelos sentimentais e figuras corriqueiras para gerar empatia com o público, e seguindo esse modelo ofertado Darnton reconstruiu seu texto. Como resultado seu texto ganhou espaço na primeira página. Anos mais tarde, como pesquisador, Darnton encontrou em suas pesquisas sobre cultura popular, notícias publicadas em jornais populares do século XVIII, que replicavam o mesmo modelo que lhe foi ensinado pela colega de redação (DARNTON, 1990, p.93-94). Para o autor, existe uma manutenção de modelos narrativos, que afetam a maneira como se produz a narrativa jornalística.

<sup>26</sup> Essas questões são chamadas de *Lead*.

<sup>27</sup> Lage cita algumas frases que compõem o imaginário do jornalismo, que são ingênuas em sua avaliação, mas auxiliam a compreender como um evento é transposto em notícia: “Se um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí, então, a notícia é sensacional”( Amus Cummings); “É algo que não se sabia ontem” (Turner Catledge); “É um pedaço do social que volta ao social” ( Bernard Voyenne); d) “É uma compilação de fatos e eventos de interesse ou importância para os leitores do jornal que a publica” (. (LAGE, 2001, p.33)

importância ao que é narrado, pressupondo um processo de seleção dos fatos, apuração e articulação de vozes conflituosas etc. (DALMONTE, 2010, p. 216)

As compreensões e sentidos estão em disputa e são expressas também pelas palavras do jornalismo impresso. Essas palavras têm sentidos e variações complexas que não são únicas, por isso não podem ser tomadas literalmente, necessitam de interpretação e compreensão por aquele que as lê ou as estuda. Ricouer afirma que a narrativa está relacionada ao processo de composição da intriga, que possui uma heterogeneidade de discursos, acontecimentos e sujeitos (1994, p. 94 -124). Os acontecimentos, tal como se apresentam na narrativa jornalística, mostram-se inseridos em redes de eventos fragmentados, que ganham significados e coerência no texto. Partindo de uma premissa sociológica, os jornais realizam um processo de reconfiguração da cultura contemporânea. Tal processo ocorre durante a leitura, quando o leitor compartilha com aquele que escreve os significados propostos pelo texto, percorre a intriga que lhe é apresentada, tece e constrói relações e se apropria do enredo de modo próprio. O enredo é estabelecido pela narrativa jornalística com o objetivo de produzir uma realidade, que embora anunciada, jamais é fidedigna, pois narrar envolve esquecer e reinventar o acontecido ativamente. Toda notícia que comparece num jornal representa o real, até mesmo quando este se apresenta como uma impossibilidade; qualquer projeto de neutralidade do texto jornalístico é impossível e inconcebível. Sobre essa questão Motta afirma:

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem às operações e opções (modos) linguísticos e extralinguísticos para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto, realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). (MOTTA, 2005, p. 2)

A afirmação do autor sublinha que os jornais constituem espaços pragmáticos e políticos, cujas estratégias linguísticas e extralinguísticas produzem narrativas atravessadas por intenções, embora possam revestir-se do objetivo de divulgar notícias com veracidade e legitimidade. Toda estratégia de comunicação usada para noticiar mostra-se implicada na organização do discurso, aqui especialmente o discurso memorial do Holocausto, pelo uso competente de códigos e signos que integram e compõem uma memória.

Vale ressaltar que a narrativa jornalística conjuga representações da realidade em função do contexto, de acordo com pretensões sociais do momento da composição da narração, como

trama, enredo e intriga<sup>28</sup>. A narrativa jornalística estabelece um “contrato cognitivo” firmado pela instituição (midiática) a partir da sua confiabilidade na relação entre o emissor e os receptores das notícias. Segundo Motta:

O desejo de objetividade do jornalista e sua estratégia textual de “relatar a verdade” são compactuados e validados pela comunidade de leitores, ouvintes e telespectadores da mídia jornalística que acreditam estar lendo, vendo ou ouvindo a verdade dos fatos. A comunidade jornalistas-audiência reproduz uma convenção (informal, obviamente) em que emissores e destinatários dão por convencionalizado que o jornalismo é o lugar natural da verdade, o lugar do texto claro, isento, preciso, sem implicaturas nem pressuposições. (MOTTA, 2005, p. 13).

No caso desta tese, a afirmação de Motta é importante sobre esse poder conferido à narrativa jornalística, de estabelecer um discurso como “verdade”, pois é o pacto de confiabilidade que assegura a crença no suposto “real narrado” por aquele que lê. Essa relação que recria o real, ou seja, que se funda na “teoria do espelho”, foi refutada pelos estudos da comunicação social, mas é ilustrativa de uma compreensão comum, compartilhada por muitos leitores. Conforme Traquina, essa teoria desenvolveu-se em meados do século XIX, em alguns países ocidentais desenvolvidos e se afirmou como paradigma hegemônico do jornalismo, definido como um observador honesto e equilibrado (TRAQUINA, 2001, p. 66). Tal concepção evoca a questão da<sup>29</sup> que reconta o fato, evitando o juízo pessoal. A teoria remete ao desejo da ciência positiva da época de capturar a realidade, em uma analogia direta com a fotografia que “fixa” o real através de suas lentes. Logo, questionar a narrativa jornalística passa por compreender que não há neutralidade em nenhuma das formas que narram um acontecimento ou capturam um discurso. Sob a perspectiva pós-estruturalista, Traquina (2001)<sup>30</sup>

Assim, os domínios linguísticos e estilísticos mobilizados pelos jornalistas na produção da narrativa atuam em favor da legitimidade e reconhecimento da ação e não da sua intenção narrativa. Segundo Barbosa, “ao ser capaz de transmitir a informação – a capacidade de saber – e ao produzir uma língua legítima, no sentido de reconhecida, os meios de comunicação passam a ser portadores desse reconhecimento” (BARBOSA, 1995, p. 87). Por serem

---

<sup>28</sup> A noção de intriga fundamenta-se em Paul Ricoeur, que estabelece para essa uma função mediadora por três motivos: 1) por fazer a mediação “entre acontecimento ou incidentes individuais e uma “história” considerada como todo”; 2) [...] “a tessitura da intriga é a operação que extrai de uma sucessão simples, uma configuração”; 3) “por compor uma “síntese do heterogêneo” (RICOEUR, 1994, p.103-104).

<sup>29</sup> As noções de testemunho e prova são abordadas por Carlo Ginzburg como a necessidade de que haja mais de uma pessoa para que algo seja tomado como verdade, como a narrativa de uma testemunha no contexto jurídico e histórico (2007, p.210-217).

<sup>30</sup> No entendimento de Traquinas (2001), as notícias são frutos de uma construção social da realidade, que coloca a objetividade em segundo plano. Essa perspectiva é compartilhada por Berger e Luckmann (2014).

portadores de reconhecimento, os meios de comunicação impressos e seus colaboradores detêm o poder de selecionar o que será lembrado e esquecido, segundo padrões de normalidade e estranhamento estabelecidos a partir de um prisma do passado escolhido pelo narrador.

A notícia expressa nas páginas dos jornais como manchete, notícia ou reportagem instaura um estatuto de verdade diante do leitor. Não é apenas a reconstrução narrativa do fato, já que a notícia é o fato em si ou, pelo menos, é ele dotado de um efeito de verdade a partir de sua publicação nos jornais. As narrativas do “real” transbordam e ganham novos contornos, possíveis de manipulações não só pelos jornalistas, mas pelos sujeitos que são “fontes da informação” quando tocam temas políticos ou socialmente sensíveis.

Como referido anteriormente, para produzir efeitos de verdade, um jornal periódico utiliza-se de estratégias narrativas. Por exemplo, a publicação de textos de opinião representativos de dois grupos divergentes, expostos para que o leitor supostamente escolha a versão que lhe convém. Contudo, é evidente que ao fazer isso, o jornal ao mesmo tempo que constrói um discurso sobre o tema, igualmente elege quem terá permissão e direito de fala (ROSSI, 2001, p. 12). Muitas vezes, a estratégia de lançar os dados para interpretação do leitor é uma forma de construir uma narrativa sob efeitos de verdade. Contudo, é importante lembrar que nem sempre o leitor detém os códigos necessários para compreender a narrativa construída pelo jornal, podendo subvertê-la e produzir outros sentidos.

O processo de produção da narrativa jornalística é exposto por Robert Darnton (1990) em seu artigo, “Jornalismo: toda a notícia que couber a gente pública”, no qual estabelece alguns aspectos da passagem do acontecimento à notícia e debate o papel da editoria. Para o autor, o acontecimento expresso na narrativa jornalística é resultado de um processo de produção em sintonia com a política editorial, e, portanto, enquadrado segundo o discurso que aquele jornal deseja publicar (DARNTON, 1990).

Para Rossi (2001), o jornalismo é um campo de batalha, ou seja, é uma arena pública, em que ideias são expostas, compreensões e sentidos são disputados, uma vez que o texto lido pelo leitor não é um ponto pacífico, assim, como o ato de ler não é uma ação ingênua. Certeau (1994) afirma que ler é uma operação de caça realizada pelo leitor que busca sentidos para além da superfície do texto.<sup>31</sup> Nessa direção, Darnton (1990) crítica os estudos sociológicos e seus modelos de explicação que criam o leitor padronizado, que no fim das contas não é o

---

<sup>31</sup>Nesse sentido, Certeau afirma que “a ideia de uma produção da sociedade por um sistema “escriturístico” não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se imprimir pelo texto e como o texto que lhe é imposto”. (CERTEAU, 1994, p.261).

destinatário final da notícia. Para ele, o jornalista não escreve para essa projeção de leitores, por que os leitores principais dos jornalistas são seus pares (DARNTON, p. 71). Se tal afirmação é possível, será a memória do Holocausto e seus processos de consolidação vinculados, também, ao consenso desses profissionais frente ao tema?

As diferentes questões desenvolvidas acima possivelmente se aplicam à imprensa brasileira, que em vários momentos da história do país, principalmente nos golpes e ditaduras militares, foi manipulada e manipulou a opinião pública conforme interesses sociais e políticos do momento. Hoje é impossível pensar a consolidação de um governo democrático sem liberdade de imprensa, tendo em vista que essa foi a força motriz, em vários eventos históricos da nação, embora no Brasil a imprensa experimentou longos períodos de censura. O papel da imprensa cresce de significado quando a mídia é instrumento do poder estatal, como por exemplo, no período da ditadura civil militar no país. Entretanto, quando da retomada democrática, a imprensa agiu a favor da promulgação e divulgação do debate sobre os direitos humanos e referendou o estado democrático de direito no Brasil.

Essas questões reacendem o debate sobre a objetividade e a neutralidade da imprensa, recorrentemente em debate devido às disputas políticas de nosso tempo. Conforme Rossi (2001), durante um bom tempo a opinião do jornal e sua imparcialidade estava circunscrita a seus editoriais, mas com o tempo a objetividade e a neutralidade tornaram-se impossíveis para a escrita jornalística (ROSSI, 2001, p. 7-10). As ações dos editoriais sobre a narrativa jornalística, não apenas sobre seu conteúdo, enredo e intriga, mas também sobre as definições de localização em que a matéria figura e de como se dará o acesso ao texto. A primeira página é motivo de acirramento de disputas por aqueles que desejam ter sua matéria em destaque (DARNTON, 1990, p. 75). Em complemento ao papel dos editoriais, Lage afirma que

[...] a notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando dado conhecimento do mundo. A reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque; a notícia, não. (LAGE, 2001, p. 30)

Embora o jornalista, em geral, tente manter uma pretensa neutralidade, toda escrita jornalística expressa uma verdade negociada, produzida em seu contexto. O jornalista que escreve busca a “alinhar-se” às intenções expressas pelo corpo editorial do jornal. Enquanto, como referimos antes, a narrativa histórica deseja evocar o passado como representação demarcada pelo princípio da verossimilhança, já a escrita jornalística afirma o acontecimento

mesmo do passado como verdade ou algo dado como verdade. Segundo Nora (1995), “o acontecimento moderno se apresenta mais vantajoso [para o historiador]. Antes de sua elaboração, antes do trabalho do tempo, [...] as mídias impõem imediatamente o vivido como história, e o presente nos impõe em maior grau o vivido” (NORA, 1995, p. 183-184).

No caso da presente tese, destaca-se a impossibilidade de certificar os números oficiais de mortos durante a Segunda Guerra Mundial, contestar e rever persistem no horizonte de possibilidades. Contudo, negar o grande número de mortes é impossível. Será possível estender os males praticados pelo regime nazista ao regime fascista italiano? Essa dúvida persiste até hoje devido às reminiscências e repercussões desses males no presente.

Os textos que se assumem como editorial e os textos jornalísticos que figuram nos documentos escolhidos pela pesquisa da tese apontam para a produção de uma determinada narrativa sobre o Holocausto que se estabeleceu ao longo do tempo, a partir de uma série de disputas e vontade de verdade. Muitas vezes, essas denotam uma “verdade” negociada. Aprofundando tal questão, como não citar as narrativas sobre as guerras e conflitos no Iraque e Afeganistão, que antes do início foram amplamente debatidas e apoiadas pela opinião pública norte-americana em prol do combate ao terrorismo? Mas, na comparação desses conflitos, Iraque (92 mil vítimas) e Afeganistão (694 mil vítimas), juntos vitimaram 800 mil pessoas, lembrando que esses eventos foram motivados pelo Atentado das Torres Gêmeas (que teve quase 3 mil mortos)<sup>32</sup>. Entretanto, embora os conflitos tenham produzido violências exacerbadas, a memória dos atentados se mantém viva, em detrimento das outras, em especial através das narrativas jornalísticas. No discurso da mídia americana foi estabelecida uma memória e um “Dever de Memória” sobre os atentados, assim como fica explícita a intenção de esquecer as violações cometidas nos dois conflitos citados, que apenas retornam aos noticiários para fins políticos eleitorais ou econômicos.

Huyssen (2001) afirma a importância dos meios de comunicação nos processos de apropriação e composição de determinadas memórias. Assim, o processo de estabelecimento de memórias fortes e fracas através de mecanismos de negação ou imposição dessas memórias relacionam-se à ação da mídia quanto às narrativas do passado veiculadas (CANDAU, 2011). Tais narrativas relacionam-se de forma indireta ou direta com os trabalhos da memória definidos por Halbwachs como processos de acomodação/assimilação, mudança/esquecimento

---

<sup>32</sup>Esses números e informações foram coletas em sites de agências internacionais de notícias: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111215\\_eua\\_iraque\\_numeros\\_fn](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111215_eua_iraque_numeros_fn)> e <<https://www.dw.com/pt-br/mortes-civis-no-afeganist%C3%A3o-s%C3%A3o-as-mais-numerosas-em-9-anos/a-47663508>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

e hierarquização/legitimação (1990). Esses processos associam-se ao impulso memorial, inaugurado nos anos 1980 e consolidados na Europa na década de 1990 (MICHEL, 2010; TRAVERSO, 2002).

Rossi (2001) destaca que “a imprensa não vive apenas dos episódios ocorridos num determinado dia, mas também da discussão, do debate e da análise de acontecimentos ou situações intemporais – ou que estão acontecendo, e não simplesmente que aconteceram” (2001, p. 16). A análise cotidiana de certos eventos é contemplada pelos jornais e acaba por determinar formas de manutenção e exclusão dos discursos sobre tais eventos, que são selecionados como dignos ou não de se tornarem notícias, portanto, de serem lidos e rememorados.

Assim, inspirado por Foucault (1999, p. 47), cresce o interesse por entender, “qual o tipo de partilha que rege a nossa vontade de saber, [...] que sistema de exclusão (sistema histórico, modificável, institucionalmente constringedor)” guia essas escolhas. Em síntese, compreender como O Globo promulgou um discurso memorial do Holocausto e suas formas de manifestação através das narrativas publicadas e dadas a ler. Para dar conta desse desafio, na sequência exponho a metodologia de pesquisa que fundamentou a investigação da tese.

### **3 Estratégias metodológicas**

Em uma de suas reflexões instigantes à operação historiográfica, Borges afirma que “O passado é argila que o presente trabalha à vontade. Interminavelmente (BORGES, 1985, p. 88). Esse excerto evoca a sensação artesanal dos atos de pesquisar, de modelar e dos desafios da produção da operação historiográfica como história do tempo presente. Um passado interminavelmente trabalhado pelo presente, nunca estável ou definitivo.

Nesta seção apresento as ferramentas de que me vali para estruturar e empreender a pesquisa, sobretudo aquelas que me permitiram operar sobre o *corpus* documental reunido e transformado em achados da pesquisa a partir do arquivo digital do jornal O Globo disponibilizado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Discorro, do ponto de vista metodológico, as compreensões e os conceitos sobre a operação historiográfica e a escrita da história, o paradigma indiciário, os conceitos de coleção e discurso, bem como examino o estado da questão. Esses conceitos fundamentaram a composição do *corpus* documental, a organização do estado da problemática frente à bibliografia produzida, e a análise dos achados.

### 3.1 Pesquisar, colecionar, resumir e comunicar

Já não coleciono selos. O mundo me enquizila. Têm países demais, geografias demais. Desisto. Nunca chegaria a ter álbum igual ao do Dr. Grisolia, orgulho da cidade. E toda gente coleciona os mesmos pedacinhos de papel. Agora coleciono cacos de louça quebrada há muito tempo. Cacos novos não servem. Brancos também não. Têm de ser coloridos e vetustos, desenterrados – faça questão – da horta. Guardo uma fortuna em rosinhas estilhaçadas. Restos de flores não conhecidas. Tão pouco: só roxo não delineado, o carmesim absoluto, o verde não sabendo a que xícara serviu. Mas eu refaço a flor por sua cor, e é só minha tal flor, se a cor é minha no caco da tigela. O caco vem da terra como fruto a me aguardar, segredo que morta a cozinheira ali depôs para que um dia eu desvendasse. Lavrar, lavrar com mãos impacientes um ouro desprezado por todos da família. Bichos pequeninos fogem de revolvido lar subterrâneo. Vidros agressivos ferem os dedos, preço de descobrimento: a coleção e seu sinal de sangue; a coleção e seu risco de tétano; a coleção que nenhum outro imita. Escondo-a de José, porque não ria nem jogue fora esse museu de sonho. (Coleção de Cacos. ANDRADE, 2001, p. 973 - 974)

Inspirado pelo excerto acima, atribuo ao exercício de colecionar uma função constitutiva à operação histórica e o relaciono às formulações do historiador Giovanni Levi sobre o processo investigativo em história (2014). Segundo Levi, a produção da história remonta três operações básicas para seu exercício: pesquisar, resumir e comunicar (LEVI, 2014). A essas operações acrescento uma quarta: o ato de colecionar, que na ordem das ações do historiador optei em listar como segunda ação na pesquisa empreendida para esta tese.

A primeira operação, conforme Levi (2014), a da pesquisa, pressupõe a delimitação das temáticas, a formulação de questões e hipóteses, bem como o mapeamento de acervos materiais ou digitais que contemplem a temática da pesquisa. A segunda ação, acrescida aqui, concerne à coleta, seleção e montagem da coleção de documentos, ou o que muitos designam como corpus empírico da investigação. Tal ação decorre de diversos investimentos do pesquisador, dentre eles uma busca nos arquivos ou repositórios digitais guiada por descritores derivados do problema de pesquisa. A terceira operação está vinculada ao ato de resumir (LEVI, 2014) os documentos coletados e descrevê-los de modo a mapear a discursividade que emerge dos achados, suas regularidades, irrupções, inconstâncias. A última operação, a de comunicar (LEVI, 2014), é uma prática artesanal, momento em que as séries e as coleções documentais são contrastadas e expostas de modo a construir uma trama e traduzem-se em texto, que busca tornar inteligível para os leitores os movimentos da operação historiográfica. Transforma em

textualidade as respostas possíveis e outras ainda em aberto no contexto do processo de fabricação da narrativa histórica (LEVI, 2014).

Assim, o historiador enfrenta diversos desafios, dentre eles o de catalogar experiências cujos vestígios expressam marcas de vivências sociais, como aquelas presentes num jornal periódico. O ato de colecionar e o ofício do historiador guardam similitudes, pois quem atribui sentido às coleções é quem coleciona e organiza, de modo que institui uma inteligibilidade e provoca uma leitura possível daquele arranjo. Acresce que para montar uma coleção é necessário estabelecer diálogos como outros colecionadores que detêm experiências de coleta seleção e análise, bem como metodologias que podem mostrar-se exemplares.

Quanto ao historiador, o ato de colecionar envolve selecionar e circunscrever o objeto de análise e definir os métodos de pesquisa, o que implica duas compreensões fundamentais: a primeira refere-se à operação historiográfica, como a caracteriza Michel de Certeau (1982); a segunda, à adoção do paradigma indiciário, na acepção de Carlo Ginzburg (1990), como referido na introdução.

A operação historiográfica, para Certeau (1982), se faz, entre outros aspectos, pela possibilidade de o historiador dar voz ao não-dito. O discurso histórico atribui importância a determinados objetos que, descontextualizados, poderiam ser negados ou invisibilizados. Assim, a ação do historiador implica a desnaturalização de seus objetos, retirando-os do campo cultural e migrando-os para o campo histórico (CERTEAU, 1982, p. 76). Para além de fabricar o passado, a escrita historiadora também “conta o passado” para a sociedade e assim o reconstrói (CERTEAU, 1982, p. 94). Para o autor, a narrativa histórica do passado objetiva produzir um discurso sobre o passado, demonstrar seus processos e abrir-se à verificação dos resultados, condição que lhe confere validade científica. (CERTEAU, 1982, p. 101)

No exercício do ofício de historiador, que implica produzir a trama que sustenta sua narrativa, é importante questionar, contrastar e associar os documentos. Para tal, a noção de paradigma indiciário do historiador Carlo Ginzburg é particularmente oportuna. O autor expõe sua formulação em diversos textos, dentre eles, em seu livro “O Queijo e os Vermes” (GINZBURG, 2006), onde relata a descoberta de um processo inquisitorial relacionado a um moleiro friulano, personagem que é por ele analisado na perspectiva do paradigma indiciário (2006):

Ao folhear um dos volumes manuscritos dos julgamentos, deparei-me com uma sentença extremamente longa. Uma das acusações feitas a um réu era a de que ele sustentava que o mundo tinha sua origem na putrefação. **Essa frase atraiu minha curiosidade no mesmo instante, mas eu estava à procura de outras coisas: bruxas, curandeiros, benandanti. Anotei o número do**

**processo.** Nos anos que se seguiram, essa anotação ressaltava periodicamente de meus papéis e se fazia presente em minha memória. (GINZBURG, 2006, p. 9, grifos nossos)

O excerto de Ginzburg demonstra de forma emblemática como o historiador, em seu ofício, observa o detalhe, e muitas vezes, fica submerso no emaranhado de documentos, alguns que serão objeto de sua atenção em outros momentos. No caso de Ginzburg, a atenção aos documentos inquisitoriais decorreu do paradigma indiciário aplicado à pesquisa com acervos originais que versavam sobre as culturas populares. O autor destaca a contaminação ocorrida nos registros que examinou, devido aos filtros realizados pelos grupos dominantes que transpuseram em texto os processos inquisitoriais e, assim podem tê-los deformado, deixando explícita a inexistência de neutralidade e a constante manipulação dos registros (GINZBURG, 2006, p. 13).

O “paradigma indiciário”, como paradigma epistemológico, contrapôs o racionalismo e o irracionalismo. (GINZBURG, 1990, p. 144). No processo de definição desse paradigma como método, uma transição abarcou o culto à imagem do grande artista, que por vezes cegou o historiador, mais entusiasmado com a “descoberta” devido à representatividade do artista, do que com o que havia descoberto. Uma vez perdendo-se na euforia do achado, o historiador descuidou a riqueza reveladora dos detalhes, motivado pelo objetivo de ganhar rapidamente os louros pertencentes ao “descobridor”. Tal risco não esteve distante desta tese, devido ao grande volume de documentos analisados, que impuseram o desafio de estar atento aos detalhes e não ser seduzido pelas frequentes ocorrências do tema em O Globo. A inspiração no método preconizado por Ginzburg à análise do *corpus* documental da tese sugere um possível entendimento acerca da função de mediação realizada pelo jornal frente a grandes temas sociais, que antes de chegarem ao grande público afetam a mídia como instituição social, que produz determinadas narrativas inteligíveis, formando a opinião pública e sendo influenciada por ela. Uma análise nessa direção depende da capacidade de captar detalhes, momentos de distensão e de tensão entre o que foi relegado ao esquecimento e o que foi trabalhado como lembranças nas edições do jornal.

Em relação ao jornal, *corpus* documental principal da tese, mesmo que seus textos sejam assinados por jornalistas de renome, podem e devem ter passado por algum tipo de filtro editorial, que de alguma forma pode ter interferido em sua elaboração. Sobre essas possibilidades de manipulação no processo de produção dos objetos analisados pela história, nesta tese procurou-se observar a desordem em uma narrativa que se apresenta como pacificada e corrente, pois está em jogo o que pode ser dito e o que não pode ser afirmado em O Globo. O

exercício de estranhamento é parte do paradigma indiciário, e nos detalhes, por vezes perdidos nas matérias acerca de banalidades do cotidiano, no caso da narrativa de um jornal de grande circulação, que foram identificados excertos e colecionados de modo a buscar compreender a composição de um fenômeno tão instigante como a memória do Holocausto. O paradigma indiciário, segundo Ginzburg (1990) passa por outros domínios que compõem o conhecimento necessário para ler indícios, visto que “nesse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis: faro, golpes de vista, intuição” (1990, p. 179). Talvez, por isso o rigor científico não seja imune aos paradoxos, que extrapolam o que é visto e se imbricam no que é percebido. E o autor acrescenta: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” (GINZBURG, 1990, p 177).

Nesta tese o objeto está limitado a uma coleção de artigos, notícias, matérias, controvérsias e debates publicados em O Globo<sup>33</sup> entre 1944 e 1999, colecionados porque o pesquisador julgou estarem relacionados ao processo de composição da memória do Holocausto. Vale repetir que o processo de seleção e composição da coleção é resultado de atos de escolha, justificados no decorrer do capítulo.

A partir da seleção, foi assumido o desafio de estudar as composições memoriais, que delineiam formas de lembrar e impõem trabalhos de memória que são tocados por deveres éticos e morais, e estes reforçam a necessidade de manter determinadas lembranças e, de outra parte, esquecer outras tantas, interditando-as. Essas demandas, no caso dos jornais, apresentam-se de forma nebulosa, compostas por diferentes discursos adotados por grupos e comunidades. Esses grupos têm a posse e representação nesses espaços de circulação das narrativas, que se mantêm e são expressas nas suas instituições através de arquivos e coleções ímpares.

### 3.2 Arquivos e o colecionar

No verbete “Coleção” que consta na Enciclopédia Einaudi<sup>34</sup>, o historiador polonês Krzysztof Pomian aborda o debate sobre a exposição de objetos que compõem uma coleção e como esses só têm sentido se tocam o público através da pesquisa ou de exposições. Para o autor, os objetos reunidos em uma coleção, como a que compõe a tese, buscam construir

---

<sup>33</sup>Vale registrar que as coleções completas das edições publicadas desse periódico encontram-se conservadas em hemeroteca digital, disponíveis à consulta em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>> a partir de uma assinatura do jornal.

<sup>34</sup> Texto produzido para a Enciclopédia italiana *Einaudi*, cujos textos foram produzidos entre 1977 e 1981 e coletados pela editora Gallimard. A edição italiana é de 1986, a edição francesa de 1988 e, estranhamente, publicada em língua portuguesa (português de Portugal) em 1984.

narrativas próprias, seja por sua manutenção nos circuitos de trocas nas atividades econômicas (como presença temporária ou definitiva), ou porque possuam um local de guarda, ou ainda porque obtenham publicidade (POMIAN, 1984). Tais aspectos constituem seu valor e definem os motivos da sua guarda. Ocorre algo muito semelhante com o acervo digital do jornal O Globo, que guarda parte da memória jornalística do país, que hoje possui acesso através de sua hemeroteca digital.

A digitalização de acervos dos grandes jornais brasileiros, segundo Carvalho (2016), seguiu o exemplo de grandes jornais de circulação mundial, como o “*The New York Times*”<sup>35</sup>, que digitalizou todo seu acervo, e nessa esteira os jornais britânicos “*The Guardian*” e “*The Observer*”, cujos acervos digitalizados remontam ao século XVIII e se estendem até a atualidade. Essa tendência teve início no final dos anos de 90 e consolidou-se nos anos 2000.

No Brasil, os jornais de circulação nacional têm acervos digitais, entre eles O Globo, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (2016, p. 91). No sul do país, esforços de preservação e conservação de acervos foram realizados pelo grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação), que microfilmou e procedeu à digitalização<sup>36</sup> do jornal “Zero Hora”, processo que não foi concluído. Nesse mesmo caminho, o jornal “Correio do Povo” possui um acervo físico, com todas as edições, encadernadas e disponíveis para consulta<sup>37</sup>, além de um acervo digital do período 1997 até o presente, que pode ser acessado através de assinatura digital. Os processos de digitalização ampliam a possibilidade de acesso aos jornais e facilitam a pesquisa histórica, especialmente em tempos de cortes de recursos à pesquisa científica no país<sup>38</sup>.

Na pesquisa histórica determinadas coleções despertam a tentação do inventário, ação que pressupõe colocar em ordem o que se apresenta disperso, ou orientar de uma nova maneira o que está arquivado segundo uma lógica particular. Tal tentação e reorganização da coleção se aplicam à investigação sobre a memória do Holocausto em O Globo. Face ao exemplo dos arquivos judiciais, Para Farge (2009), o arquivo

---

<sup>35</sup>Uma iniciativa, mais moderna e pouco noticiada, é a digitalização do acervo fotográfico dessa edição através do Google Cloud. Essa iniciativa começou a virar realidade em 2018, depois que uma inundação acidental que em 2015, quase destruiu o acervo. Informações acessadas em <<http://archive.nytimes.com>> em 20 de janeiro de 2020.

<sup>36</sup>Durante a pesquisa, consultamos o setor de acervo de ZH que informou que o processo de digitalização está paralisado.

<sup>37</sup>A consulta nesse acervo tem valor fixo por hora de acesso no local, custo que inviabiliza a maior parte das pesquisas junto a esse acervo. Outros acervos, como aqueles do Museu da comunicação Hypolito da Costa (Porto Alegre, RS) e do Arquivo Municipal de Porto Alegre Moyses Vellinho, possuem exemplares desse jornal, mas suas coleções são incompletas e encontram-se com muitos problemas de conservação.

<sup>38</sup>Uma iniciativa interessante foi realizada pela empresa de tecnologia Google, que em 2008 criou o repositório *Google News Archive* (disponível em <https://news.google.com/newspaper>), com acesso a inúmeros jornais digitais espalhados pelo mundo. O histórico desse empreendimento é discutido por Carvalho (2016).

[...] é organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas; busca divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão. Sua ordem e sua estrutura obedecem a sistemas mais ou menos fáceis de decifrar e, independentemente da aparência que assuma, ele existe para convencer e transformar a ordem dos acontecimentos. (FARGE, 2009, p. 12)

Para além do convencimento provocado pela ordem dos arquivos, como leitor que é, o historiador adentra nas coleções existentes em busca de vestígios de determinadas questões que formula, elabora e máquina indagações que provocam novos arranjos, novos inventários, enfim, novos ordenamentos em sua caça pelos sentidos perdidos. O historiador dá vida ao que parecia morto e enterrado pelo pó ou escondido pelos dados digitais. Em tom de advertência, Farge afirma que “se a história é ressurreição intacta do passado, a tarefa é impossível” (2009, p. 21). Em torno à ideia do passado como discurso do morto, Certeau afirma:

O discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente, enquanto o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e os seus leitores, quer dizer, entre presentes [...] O morto é a figura objetiva de uma troca entre vivos. Ele é o enunciado do discurso que o transporta como um objeto, mas em função de uma interlocução remetida para fora do discurso, no não dito [...]. Seu trabalho consiste em criar ausentes, em fazer, de signos dispersos na superfície de uma atualidade, vestígios de realidades ‘históricas’ ausentes porque outras. (CERTEAU, 1982, p. 41)

Vale ressaltar que os documentos têm um “efeito de real”, também provocado pelo seu local de guarda, o que inclui jornais que representam interesses privados. Tal percepção é reforçada por Farge quando afirma que “o impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público.” (2009, p. 11). Nos arquivos as “palavras são consignadas, uma vez ocorrido o fato, e ainda que, no momento, elas tenham uma estratégia, não obedecem à mesma operação intelectual que o impresso.” (2009, p. 13). A leitura de documentos de arquivo depende da crítica produzida pelo historiador, e para Farge essa ação é parte do fazer historiográfico, pois

quando o documento se anima a ponto de levar a crer que ele se basta a si mesmo, sobrevém inevitavelmente a tentação de não se desgrudar dele e de fazer um comentário imediato a seu respeito, como se a evidência de seu enunciado não devesse ser reinterrogada. Disso decorre uma escrita da história, descritiva e plana, incapaz de produzir outra coisa que não o reflexo (e mesmo o decalque) do que foi escrito há duzentos anos. (FARGE, 2009, p. 73)

Assim, se o arquivo é local de intersecção onde o passado se faz presente, no qual as narrativas do passado ainda reverberam, a leitura dos documentos de um arquivo, segundo

Farge, implica uma necessária atenção à falta, ao desarranjo, ao confronto e às opacidades presentes nos discursos ali fixados e narrados. “Com certeza há um meio de ir além da restituição morna de um acontecimento ou de um objeto histórico, marcando lugares onde o sentido se desfez, produzindo ausência lá onde reinaram certezas” (FARGE, 2009, p. 118-119). Cumpre à operação historiadora assumir o desafio de decodificar e interpretar os arquivos, que não são um reflexo neutro do real e podem esconder falsificações (TRAVERSO, 2008, p. 15). O arquivo e as coleções que analiso nesta tese impuseram desde o início o exercício do estranhamento e da crítica, bem como a necessária reflexão sobre processos de exclusão (interdição, partilha da loucura e vontade de verdade<sup>39</sup>), pensados a partir de Foucault, que afetam o discurso e tocam as narrativas publicadas nos jornais. O esforço de compreender as problemáticas, decodificar e debater os atravessamentos que ressoam nos documentos da pesquisa atravessam a imersão no estado da questão formulada nesta tese.

### 3.3 Coleções & pesquisas: a memória do Holocausto no jornal O Globo

Esta seção pretende mapear o “estado da questão” da problemática aqui examinada por meio da apropriação intelectual de seus achados e discussões. O horizonte inspirador é a definição de Michel de Certeau sobre o conceito de “estado da questão”, que para ele é o estudo sobre “as problemáticas exploradas pelo grupo (pesquisadores de ciências humanas) e os pontos estratégicos que constituem, como os postos avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento” (CERTEAU, 1982, p. 72). Assim, é importante frisar que o tema do Holocausto está contemplado em inúmeras publicações, contudo ainda são poucas as pesquisas que abordam a relação desse tema memorial com os impressos periódicos, particularmente os jornais.

Para realizar a imersão no estado da questão das produções sobre a temática do Holocausto e sua presença em jornais, foram utilizados os seguintes descritores de busca:

<b>Quadro I – Descritores para mapeamento das pesquisas</b>
I. Holocausto
II. Shoah
III. jornal O Globo e o Holocausto
IV. A memória do Holocausto e o jornal
V. Imprensa e o Holocausto
VI. Memória e jornal O Globo

Fonte: produzido pela pesquisa

<sup>39</sup> Tais conceitos e abordagens serão analisados na sequência desses capítulos.

Com base nos descritores acima e para situar a tese no contexto de outros estudos e no “estado da questão” da problemática, foram consultadas duas plataformas digitais, a saber: o Catálogo de teses e dissertações (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>40</sup>. Para ampliar a abrangência da pesquisa, foi consultada a produção de artigos científicos publicados na plataforma da Biblioteca digital SciELO<sup>41</sup> e no repositório de periódicos da CAPES. Inicialmente a prospecção de outros estudos concentrou-se nas publicações em língua portuguesa, e sobretudo produzidas no Brasil. Como resultado dessa revisão destacaram-se alguns estudos que se relacionam diretamente com o objeto da tese. Quanto à temática Holocausto, há uma multiplicidade de publicações, mas não versam sobre o jornal O Globo. Quanto ao Catálogo de teses e dissertações a consulta identificou algumas dissertações, como a de Bruno Leal Pastor Carvalho, intitulada “Práticas discursivas da imprensa e a construção da memória do Holocausto” (2009); de Cristina Rosalino Braule Pinto, com o título “Uma análise do discurso de 'O Estado de S. Paulo' de 1942 a 1948” (2009), e de Antônio Roberto Guglielmo, intitulada “A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: ideologia e memória nas páginas de “O Estado de São Paulo”” (1998).

Os resultados obtidos junto às duas plataformas de periódicos indicam poucos estudos sobre a memória do Holocausto tendo como documento ou objeto de análise os jornais. Adicionalmente, os descritores pesquisados dentro do Arqshoah<sup>42</sup>, que é um repositório do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação da Universidade de São Paulo, especializado nas temáticas referentes ao nazifascismo e ao Holocausto. A pesquisa junto ao Arqshoah identificou a dissertação de Antônio Roberto Guglielmo, intitulada “A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: ideologia e memória nas páginas de “O Estado de São Paulo”” (1998) anteriormente referida em outros repositórios.

No processo de aproximação ao estado da questão, localizei cinco dissertações. No espectro da problemática da pesquisa, observei a concentração dos estudos dessa temática na área de linguagens e comunicação social, o que difere desta tese, inscrita nos domínios da

---

<sup>40</sup> Os resultados expressos nesta tese como “estado da questão” foram coletados entre janeiro e abril de 2020 e revisados em junho de 2022.

<sup>41</sup>A *Scientific Electronic Library Online* – SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

<sup>42</sup> Segundo os dados contidos no site desse repositório, em 2006 foi criado com o nome de Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo (Arqshoah), com recursos oriundos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O Arqshoah é organizado e mantido por um grupo de pesquisadores, que faz parte do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER) do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. O grupo de pesquisadores busca reunir testemunhos dos sobreviventes do Holocausto, refugiados e exilados do nazifascismo, identificação de documentos diplomáticos do Itamaraty, fotografias e passaportes, jornais e revistas especializados no tema e pesquisas complementares sobre o Holocausto.

História Cultural, com especial atenção aos processos de construção e difusão da memória coletiva, em suas múltiplas formas de expressão.

Uma contribuição sobre a memória do Holocausto no Brasil através da imprensa é abordada por Carvalho na dissertação “Lembrar ou repetir: práticas discursivas da imprensa e a construção da memória do Holocausto” (2009), que se concentra nas notícias públicas no site do jornal Folha Online, publicadas no ano de 2005. A autora examina 139 textos, frutos da comemoração dos sessenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial e da libertação dos campos de concentração nazista a partir da análise de discurso de Michel Pêcheux. Carvalho constrói a historicidade do Holocausto a partir do fim da Guerra demarcando-a em três grandes momentos, sendo o primeiro relacionado ao silêncio acerca dessa temática por parte da Europa, o segundo refere-se à ascensão da temática nos anos de 1970 e 1980, um período de lembrança e, por fim, considera o ano de 1990 como momento de aceleração dos discursos sobre a memória do Holocausto. Além disso, o autor percebe o início da presença da temática do Holocausto no debate público brasileiro nos anos de 1990, citando algumas exposições com tal temática e a criação do Arqshoah em 1996. Nesta tese, demonstro, a partir de O Globo que tal afirmação é equivocada e pouco fundamentada, pois a imersão em diferentes jornais sugere constatações divergentes.

Carvalho (2009) aborda, ainda, a relação do jornalismo com os discursos sobre o passado, e pensa o passado como elemento constitutivo das notícias, a partir do conceito de regimes de historicidade, que lhe permite discutir os desafios da produção de uma história do tempo presente. Serve-se da noção de presentificação do passado para a análise dos documentos, e ressalta o papel da imprensa no cenário nascente da consolidação do uso da internet. Ao longo do texto parece estabelecer uma espécie de dicotomia entre uma memória coletiva construída pelo jogo entre esquecimento e lembrança, manipulado em determinado momento por interesses econômicos, uma vez que o passado é um produto, pode ser vendido e comprado (CARVALHO, 2009, p. 49). Para o autor, a imprensa constrói o passado a partir de duas abordagens, a primeira pautada pela “historicização”, para a qual o discurso jornalístico apropria-se do passado como forma de atribuição de valor e qualificação àquilo que é noticiado; a segunda pautada na presentificação do passado a partir da textualidade (CARVALHO, 2009, p. 62).

Nesta última abordagem, o passado é retomado para fins comparativos frente às condutas e eventos do presente. Quanto aos discursos sobre o Holocausto na Folha online, Carvalho aponta que a presentificação é operada para comparar o Holocausto com outros

genocídios e eventos que pertencem à narrativa do tempo presente, bem como a produção da narrativa jornalística sobre o Holocausto possui uma dimensão didática que consiste abordar os temas históricos a partir do estabelecimento de regras de tratamento, por exemplo quando o vocábulo Holocausto, em sua ampla maioria dos usos, é escrita com H maiúscula, em sintonia com o que é defendido por boa parte dos estudos históricos<sup>43</sup>. Para além da designação, o discurso sobre o Holocausto apresentado pela Folha Online mostra-se entrecortado por enunciados de autoridades que criam e recriam essa discursividade.

O estudo de Carvalho difere da presente tese tanto pelo menor volume de ocorrências (139 referências textuais), como pelo recorte temporal restringir-se a apenas o ano de 2005. Nesta tese, visou construir uma compreensão ampla sobre a difusão dos discursos acerca da memória do Holocausto no Brasil, detendo-me numa mídia impressa e abarcando o período 1944 até 1999. Assim, a pesquisa da tese procura expandir a compreensão dos processos de circulação e difusão da memória do Holocausto, no contexto de poucos trabalhos historiográficos acerca da temática<sup>44</sup>. O primeiro estudo identificado foi realizado por Pinto sob o título “Uma análise do discurso de “O Estado de São Paulo” de 1942 a 1948”, que busca “captar diferentes posições de sujeito em relação aos judeus. O ano de 1942 é marcado na História como o início do extermínio em massa dos judeus (Shoah ou Holocausto) - e 1948 é o marco para a independência do Estado de Israel” (PINTO, 2009, p. 12). O autor buscou estudar o implícito e o silêncio sobre a temática da Shoah e da constituição do estado de Israel no Brasil a partir dos textos publicados em “O Estado de São Paulo”, tendo selecionado 900 documentos que compreendem todo o recorte temporal<sup>45</sup>. Além disso, o autor fundamenta-se na análise de discurso segundo os estudos de Pêcheux, Orlandi e Foucault, opções que delimitam suas análises (PINTO, 2009).

Quanto à memória construída sobre o extermínio e a identidade judaica relacionada à criação do Estado de Israel, Pinto refere Guglielmo (1996), pesquisador que analisou publicações do mesmo jornal entre os anos de 1939 a 1945, e que considera que a opinião pública brasileira, assim, como a europeia tinha acesso às informações sobre as práticas adotadas pelo governo alemão nos eventos ligados ao Holocausto (PINTO, 2009, p. 30). O autor expõe o papel do silenciamento do discurso e destaca que boa parte dos 900 textos analisados

---

<sup>43</sup> Tais estudos serão apresentados na sequência dos capítulos.

<sup>44</sup> A dissertação de Guglielmo, denominada “A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: ideologia e memória nas páginas de “O Estado de São Paulo” (1998), não tive acesso direto, apesar de buscar contato com o autor e com biblioteca da USP através do site da instituição.

<sup>45</sup> A coleta de dados foi realizada junto ao arquivo do jornal “O Estado de São Paulo”, que se encontra microfilmado e armazenado no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp.

foram oriundos de agências de notícias internacionais (*France Presse, United Press, Reuters*) e sua publicação consistia em traduções. Tal constatação de Pinto (2009) repercute na compreensão dos textos publicados em *O Globo*, tendo em vista que neste jornal também constatei a publicação de textos estrangeiros traduzidos, como ainda ocorre no presente.

Na sequência de suas análises, Pinto (2009) destaca a presença, em “O Estado de São Paulo”, de um interlocutor recorrente, um jornalista<sup>46</sup> que assina boa parte dos textos que versam sobre a Segunda Guerra Mundial nas páginas do jornal. Essa constatação permite examinar o lugar de fala daquele que se apresenta como sujeito do discurso e a autoridade que lhe é concedida pelo impresso, pois na posição de articulista fala em nome do jornal. No levantamento produzido pelo autor é considerável a menção a eventos ligados ao antissemitismo, à violência étnica, à existência de campos de concentração destinados aos opositores do nazismo e aos judeus, o desejo de Hitler de exterminar a população judaica e as promessas sobre a definição do Estado de Israel como um território judaico. Os resultados da pesquisa “Uma análise do discurso de “O Estado de São Paulo de 1942 a 1948” demonstram que a mídia brasileira impressa que cobriu os eventos da Segunda Guerra Mundial e a criação do Estado de Israel noticiaram as práticas de extermínio e violência política que foram realizadas pela Alemanha nazista e simpatizavam com a criação do Estado de Israel, pois consideravam os judeus um dos povos vitimados pela guerra. Contudo, nos discursos analisados pelo autor, também se observa a presença nesses textos do pensamento conservador

e certas nuances de antissemitismo e depois antissionismo, todas essas construções ligadas a um discurso já formulado sobre a identidade judaica (PINTO, 2009). Assim, o autor estabelece compreensões importantes sobre a presença do pensamento antissemita e antissionista no país, a anterioridade dessa presença, não condicionada aos eventos da Segunda Guerra Mundial, e ainda que tais discursos persistem em circulação na sociedade brasileira, imbricados com a memória do Holocausto que podem estar expressos também nas páginas do jornal *O Globo* entre os anos de 1944 e 1999.

Quanto aos periódicos científicos, as buscas centradas nas pesquisas com jornais impressos e a constituição do discurso memorial sobre o Holocausto, concentraram-se em dois repositórios digitais: SciELO e o Repositório de Periódicos Capes, a partir dos mesmos descritores. Nas duas plataformas não encontrei resultados, em língua portuguesa que atendessem aos critérios de pesquisa articulados à tese.

---

<sup>46</sup>Que assinava como Conde de Bennigsen, era um indivíduo de nacionalidade russa, denominado Emmanuel de Bennigsen vivia em São Paulo desde 1936, segundo Pinto (2009)

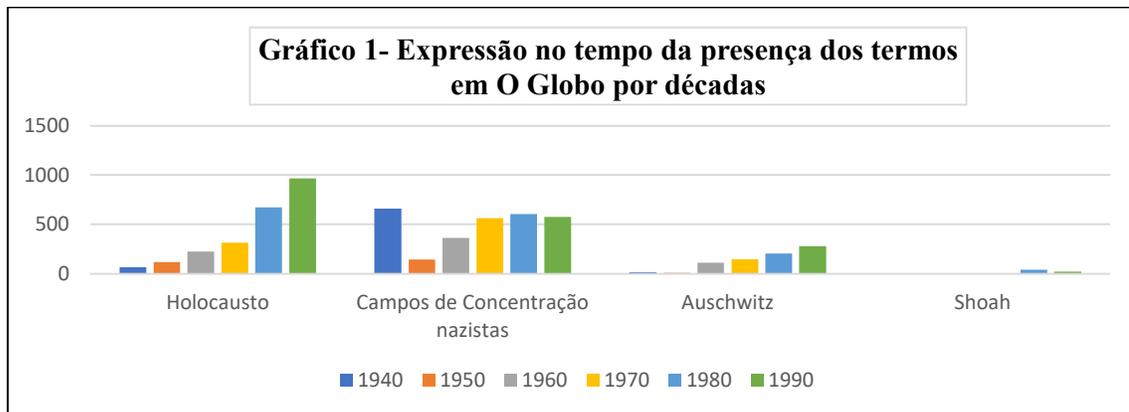
### 3.4 Coleções da pesquisa e suas tramas

A partir das reflexões apontadas pelas pesquisas que apresentei acerca do estado da questão, percebi que os resquícios do passado, ainda projetam suas sombras no presente. Diversos eixos de atenção desta tese constituem pautas das questões em pauta em nossos dias: o nazismo e o antinazismo, os preconceitos étnicos e raciais, os sistemas de pensamento revisionistas e negacionistas, o que inclui o passado e suas narrativas. Como sombras, são percebidas pelos historiadores em seus processos de pesquisa. Assim, inquirir documentos e seus vestígios, buscar negligências e mecanismos de afirmação são movimentos desta tese. As discursividades acerca desse evento histórico são formuladas conjugando palavras, definindo adjetivos e estabelecendo comparações com outros eventos.

Essas ações têm função na composição de narrativas acerca do Holocausto. Devido ao vulto adquirido por esse evento histórico impôs-se a definição de critérios de seleção do *corpus* documental da pesquisa junto ao jornal O Globo. Primeiramente, adotei descritores que se fazem presentes na bibliografia especializada, e atuam na composição da memória do Holocausto. A escolha considerou a delimitação temporal da pesquisa (1944-1999), que supõe um léxico que é histórico. Outro critério derivou da imersão em outros estudos identificados no “estado da questão”, ou melhor, da mesma problemática e sua presença em outros jornais, como O Estado de S. Paulo e Folha de São Paulo. A partir dos critérios descritos, foram estabelecidos para compor as coleções documentais os seguintes descritores: Holocausto, Auschwitz, Shoah/Shoa, campos de concentração nazistas, utilizados no mecanismo de pesquisa do arquivo digital do jornal O Globo. A pesquisa no acervo do jornal para o período apresentou os seguintes resultados:

<b>Quadro II - Descritores e incidências do tema nas edições do jornal “O Globo” (1944-1999)</b>	
<b>Totalidade dos documentos no período do recorte em referência aos termos</b>	
<b>Palavras-chave</b>	<b>Presença nos textos em número de páginas</b>
Holocausto	2.359
Auschwitz	768
Shoah /Shoa	86
Campos de concentração nazista	2.861

(Fonte: produzida pela pesquisa)



(Fonte: levantamento elaborado pelo pesquisador<sup>47</sup>)

O quadro II e gráfico 1 apontam a presença crescente de referências à memória do Holocausto ao longo do recorte temporal 1944 a 1999. Essa constatação estabelece novas percepções, referidas a seguir, e levaram à delimitação do corpus documental, que se concentrou em 728 documentos citados diretamente na tese. Opta-se por um recorte temporal para o descritor “campo de concentração nazista” que se estendeu de 1944 até a emergência do termo “holocausto” em 1957, embora ainda com sentidos e significados em construção. A partir de 1957, o termo holocausto tornou-se predominante para designar os crimes nazistas e a memória desses eventos até 1999.

A primeira observação é a aderência ao uso da palavra “holocausto”, que apresenta um crescimento em O Globo ao longo das décadas, como está expresso no gráfico I. Essa tendência de consolidação é reforçada na década de 1990 e mantém-se até 1999, com números próximos de referências diretas a esse tema no jornal, além de se repetir junto ao descritor “Auschwitz”. A segunda aponta que “Shoah” e “Shoa” apresentam poucas referências e um leve incremento que pode estar relacionado ao lançamento do documentário “Shoah”, de Claude Lanzmann<sup>48</sup> em 1985, e que ganhou novo fôlego na década de 1990.

A terceira percepção remete ao descritor “campos de concentração” que tem poucas citações, mesmo no período final da Segunda Guerra, quando chegaram ao país as notícias sobre a libertação dos prisioneiros dos campos de concentração entre os anos de 1944 e 1945.

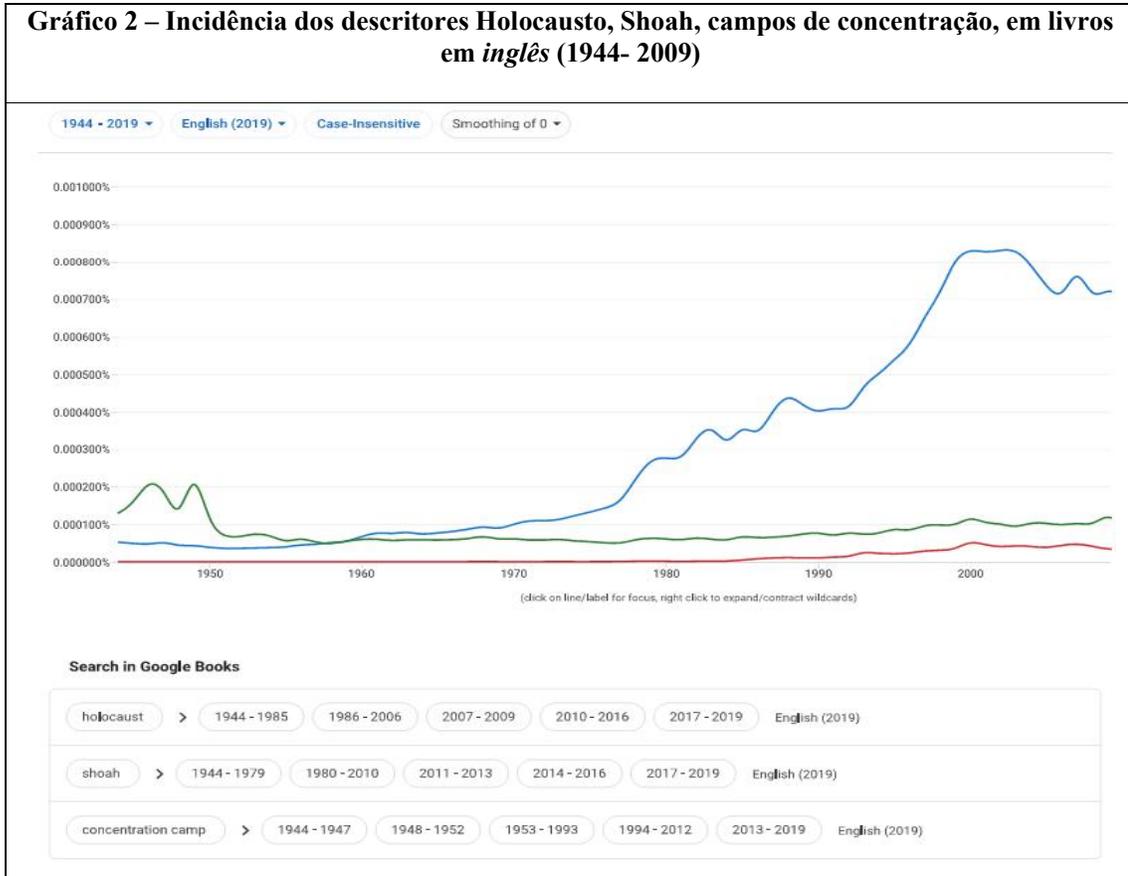
Essas tendências também podem ser identificadas com o uso da ferramenta *Books Ngram Viewer*<sup>49</sup>, além de permitir a observação das concepções teóricas e abordagens

<sup>47</sup>Termo Holocausto (1940: 66; 1950: 118; 1960: 223; 1970: 314; 1980: 672; 1990: 966); Auschwitz (1940: 14; 1950: 10; 1960: 111; 1970: 148; 1980: 207; 1990: 278), Shoah (1980: 38, 1990:20), Campos de Concentração (1940: 611; 1950: 142; 1960: 364; 1970: 563; 1980: 606; 1990: 575).

<sup>48</sup> Cineasta francês de origem judaica, Lanzmann sobreviveu a ocupação nazista.

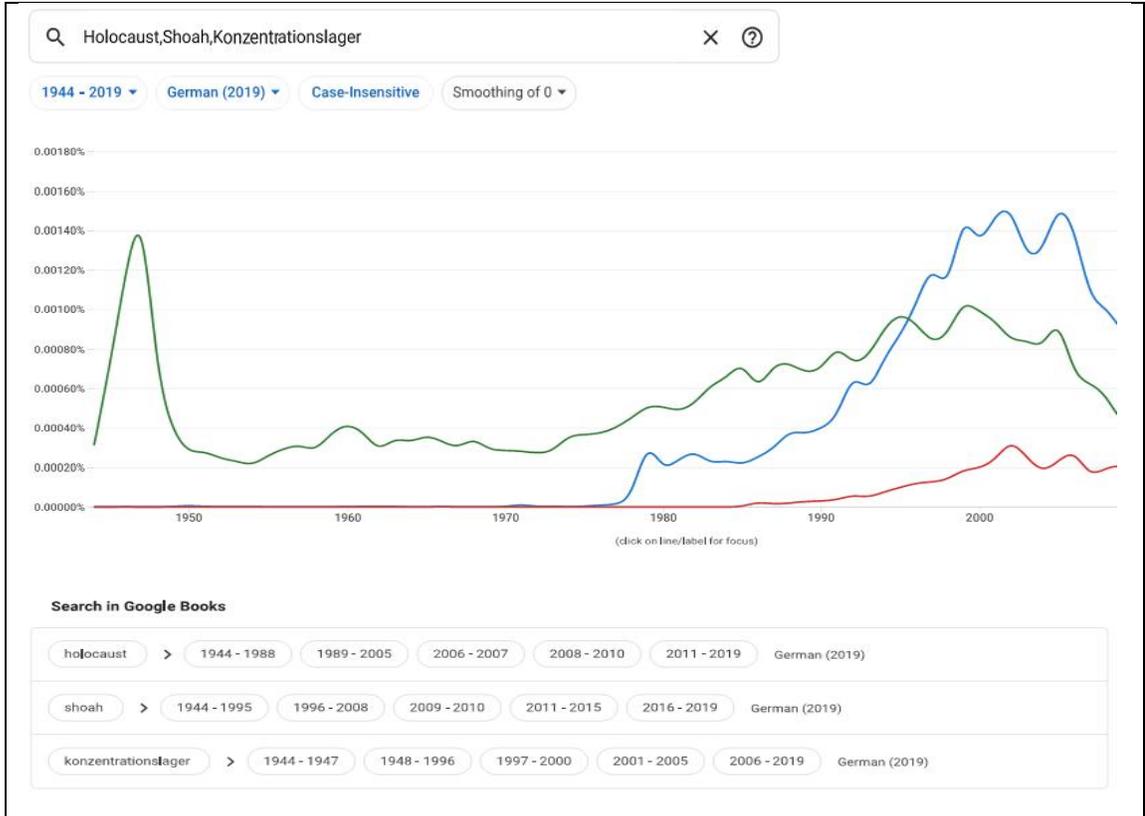
<sup>49</sup> Esse aplicativo da empresa Google revisa um banco de dados com mais de 5 milhões de livros digitalizados, sendo uma ferramenta útil para estudos sobre a manutenção do uso e empregos de palavras.

hegemônicas (entre abordagens europeias e uma globalizada) do período, como expresso nos quadros abaixo:



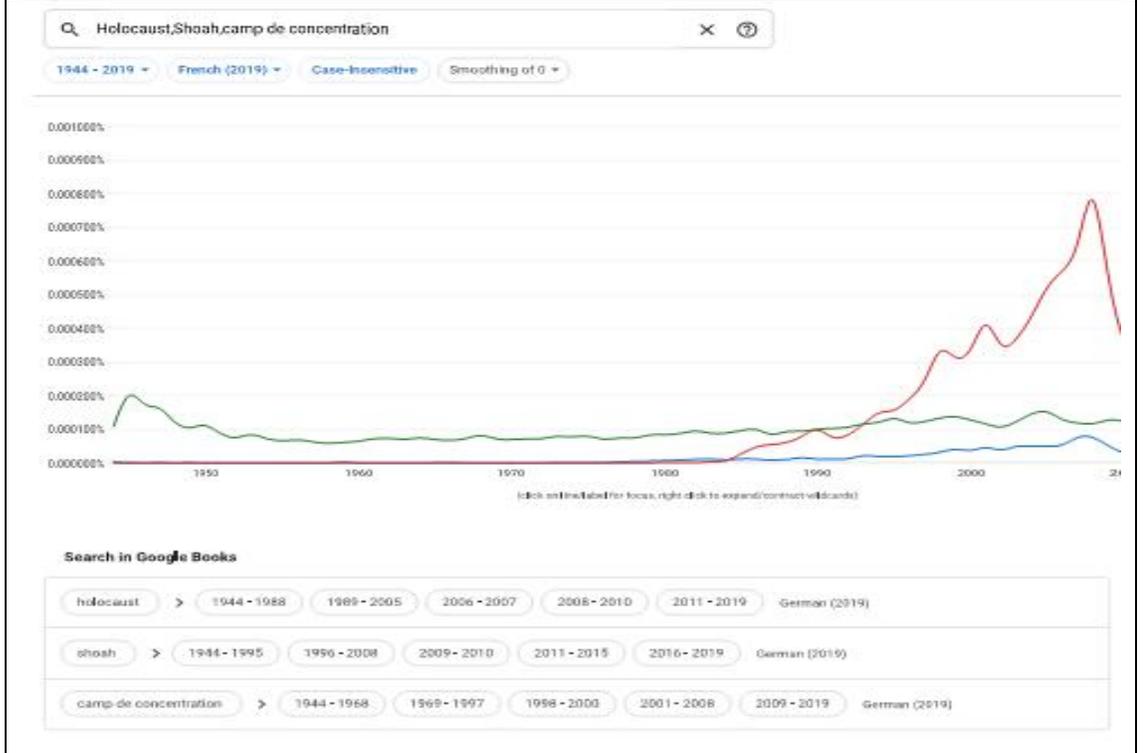
(Fonte: *Books Ngram Viewer*)

**Gráfico 3 – Incidência dos descritores Holocausto, Shoah, campos de concentração em livros em alemão (1944- 2009)**



(Fonte: Books Ngram Viewer)

**Gráfico 4 – Incidência dos descritores Holocausto, Shoah em livros em francês (1944- 2009)**



(Fonte: *Books Ngram Viewer*)

A escassa incidência até 1960 contrasta com a mudança expressiva da presença do termo holocausto a partir de 1960, quando ganharam força os julgamentos dos membros fugitivos do partido nazista e o tema se estabeleceu no debate público. Sobre as operações necessárias para analisar a presença das palavras, Certeau aponta procedimentos metodológicos para tratar as narrativas ficcionais e teóricas. Segundo o autor, um esforço de análise deve:

[...] esgotar o sentido das palavras, jogar com elas até violentá-las em seus atributos mais secretos, pronunciar enfim o divórcio total entre o termo e o conteúdo expressivo que estamos habituados a lhe reconhecer. Agora, o importante não é mais o dito (um conteúdo) nem o dizer (um ato), mas a transformação e a invenção de dispositivos, ainda, que insuspeitos, que permitem multiplicar as transformações (CERTEAU, 1994, p. 244).

Interrogar as palavras, ademais, relaciona-se ao modo como Certeau (1994) concebe a escrita, ou seja, como uma operação realizadora do processo de luto. O luto realizado pela escrita se expressa nas palavras que são usadas para designar memórias fundadas e relacionadas aos eventos da Segunda Guerra Mundial. Tais processos operam na subjetivação do real que passa a ser representado pelas palavras e os discursos que essas fazem reverberar.

No caso das memórias do Holocausto, cabe lembrar que muitas obras literárias de cunho autobiográfico e testemunhal ganharam notoriedade a partir da década de 1970, e passaram a recriar o real, tomando-o como representação. Tal questão é reforçada pelo Nobel da Paz recebido por Elie Wiesel<sup>50</sup>, em 1986, pelo conjunto de seus escritos e esforços para a manutenção dessa memória do Holocausto. Em 2002, outro sobrevivente do Holocausto, Imre Kertész<sup>51</sup>, que escreveu textos que abordam a temática, ganhou o prêmio Nobel de Literatura. Esses dois exemplos têm função ilustrativa e reforçam a presença do debate da memória do Holocausto nos meios culturais e de comunicação. Assim, a escritura realiza a inscrição dos acontecimentos na esfera narrativa e detém o poder criador que forja e forma o real. Esse poder é fundado pelos atos de leitura realizados por quem os consome. (CERTEAU, 1994, p. 244-248) Além de inquirir e interrogar as palavras, a tese estabelece a análise das narrativas jornalísticas e mapeia os discursos ali difundidos.

---

<sup>50</sup> Sobrevivente do Holocausto (Auschwitz e Buchenwald), judeu, escritor, professor, ativista social, nascido na Romênia. Quanto ao tema do Holocausto, deixou inúmeros relatos testemunhais e foi presidente fundador do Memorial do Holocausto dos EUA, em Washington.

<sup>51</sup> Escritor húngaro que foi prisioneiro nos campos de Auschwitz-Birkenau, Buchenwald e Zeitz. Apesar de negar que seu livro (*Sem destino*, publicado na Europa em 1975) seja um relato testemunhal, ele expressa memórias dos campos de concentração.

Vale ressaltar que nesta tese, mesmo com a ampla oferta de textos, o jornal impresso constitui o principal documento examinado<sup>52</sup> para compreender a emergência e disseminação da memória do Holocausto. Assim, é o jornal O Globo que ocupa o lugar central, de modo a analisar como esse capturou, descreveu, reverberou e contribuiu à afirmação e legitimação da memória do Holocausto.

A tese demonstra, em O Globo, a regularidade da descrição dos acontecimentos reconhecidos como históricos relativos aos eventos da Segunda Guerra, os campos de concentração e a afirmação de uma determinada memória do Holocausto. A leitura e análise das ocorrências (textos, notas, notícias, entrevistas etc.), destaca as formações discursivas, observa as regularidades e compreende a prática discursiva como:

um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2008, p. 43)

A definição acima sustenta analiticamente a tese. Os discursos em circulação no jornal O Globo sobre a memória do Holocausto situam-se em um quadro relacional complexo. No cerne das relações entre discurso e instituições está o poder que possibilita a emergência e difusão de uma certa discursividade e seus sentidos operam a partir da construção de uma aderência por identificação, o que não significa que sejam espontâneas nem voluntárias. O poder de um discurso relaciona-se às demandas de um conjunto de significados sociais, que não são dados prontos e nem definitivos (PINTO, 1989, p. 36 -38). Logo, inexistente inocência nos discursos que corporificam em seu sentido uma série plural de enunciados, e veremos adiante que em O Globo nenhum discurso é homogêneo, apesar de sua construção impor uma certa homogeneidade, que opera mais como efeito narrativo do que como de fato sua unicidade.

A pluralidade dos discursos possibilita que esses se tornem institucionalizados e produzam seus sujeitos de autoridade, ou seja, são processos de recriação. Esse ato de recriação pode ser evocado, em um breve exemplo, a partir da palavra Holocausto. No texto bíblico, a prática do Holocausto referia-se inicialmente ao sacrifício humano que deveria ser perpetrado pela figura de Abraão<sup>53</sup>. Contudo, no momento da ação essa foi interdita e se constituiu como ato proibido. Contudo, o entendimento da palavra do Holocausto como sacrifício persistiu no tempo. Face ao problema de pesquisa, não é a origem desse discurso que está em questão, mas

---

<sup>52</sup> Sobre a seleção, Ricoeur afirma que historiadores operam as suas escolhas, pois os “fatos” “não são dados nos documentos, mas os documentos são selecionados em função de uma problemática” (RICOEUR, 1994, p.155).

<sup>53</sup> Em Gênesis, 22:3-17.

seu registro narrativo, retomado na contemporaneidade como traço proibitivo, sem, contudo, prender-se à prática fundante do seu sentido no texto bíblico.

O termo não referenciava mais o sacrifício humano voluntário, uma vez que essa ação foi interdita por uma deidade, logo, o significado dessa palavra foi obliterado, sendo usado apenas para referenciar sacrifício em fogo, conforme os textos da Velho Testamento da Bíblia. No caso dos usos em análise nessa tese, a palavra e o conceito devem fazer referência ao genocídio operado pelos nazistas, entretanto, veremos como outros usos estão em competição.

A seguir, o esquema apresenta como os fundamentos analíticos descritos até aqui são operacionalizados nesta tese para o exame de cada um e do conjunto de documentos colecionados para dar compreender os discursos sobre o Holocausto expressos em O Globo. Para cada texto do jornal, identificado a partir dos descritores de pesquisa, a leitura e seu registro observam os itens do esquema abaixo, que igualmente possibilita contextualizá-lo, a saber:

<b>Título do documento e data da publicação:</b>
<b>Sujeito enunciativo:</b> constituído pelo <i>status</i> frente à prática não discursiva que lhe atribui poder. Esse se expressa pelo “eu” (jornalista, editor, historiador, sobrevivente, governos e outros)
<b>Lugares institucionais:</b> localização do sujeito em sua condição institucionalizada
<b>As posições do sujeito:</b> crítica, neutra ou alinhada
<b>Temporalidade:</b> condição de emergência histórica
<b>Instâncias de delimitação:</b> quem opera sobre o discurso e o legítima
<b>Grades de especificação:</b> sistemas de dispersão, oposição, reagrupamento, negação, associação, classificação e derivação expostas nas narrativas
<b>Sujeitos a quem se fala ou de quem se fala:</b> quais indivíduos filiam-se ou não ao discurso; e quais têm acesso a ele

(Fontes: Elaborado a partir de Foucault (2008, 1999), Chartier (2002) e Pinto (1989).

#### 4 Imprensa e História: quarto poder, opinião pública e O Globo

A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira.  
(MARTINS; LUCA, 2008, p. 8)

Esse capítulo discorre sobre a historicidade da imprensa como instituição dotada de mecanismos capazes de produzir e formar a opinião pública frente a temas memoriais do país e do mundo. Apresenta como os jornais assumiram certos atributos que ampliaram sua capacidade de informar e formar o leitor através da notícia. E na sequência aborda como o jornal O Globo relacionou-se com os processos históricos de edição e produção que lhe foram contemporâneos.

#### 4.1 Imprensa, quarto poder e opinião pública

Nesta seção posiciono a imprensa na sociedade contemporânea a fim de evidenciar o seu papel histórico e suas transformações históricas. Para produzir tal compreensão exponho os mecanismos de exercício do poder atribuídos à imprensa e tomados pela imprensa. Nesse sentido, dois conceitos são destacados, o primeiro refere-se à noção de quarto poder, o segundo refere-se ao conceito de opinião pública.

O jornal periódico impresso mudou de modo significativo as formas de acesso ao conhecimento e à informação, é fruto do mundo moderno e dos processos de consolidação do capitalismo, sendo p meio massivo de comunicação mais antigo que se tem registro na história da humanidade (SODRÉ, 1999, p. 2). A imprensa periódica, como a conhecemos, se consolidou no Ocidente com a invenção da prensa tipográfica de Gutenberg, no século XVI, e chegou aos dias atuais transmutada diante do advento da internet.

Importa desde já ressaltar que ao longo do tempo a imprensa foi um agente ativo da produção do passado, responsável por registrar e comentar os processos dos quais faz parte, permitindo que o historiador acompanhe o percurso dos homens no tempo (CAPELATO, 1988). Ao pensar a produção do impresso no contexto da Revolução Francesa<sup>54</sup>, Robert Darnton (1996) afirma que a palavra impressa é um ingrediente dos processos históricos que findaram, pois registrou em suas páginas as representações ou intenções de seus mantenedores. Para esse autor, a prensa tipográfica representou uma ferramenta política por excelência. Segundo Darnton “para tomar o poder têm que se tomar a palavra e difundi-la” (DARNTON, 1996, p. 16), a fala desse autor referia-se no caso ao contexto do impresso revolucionário francês que constituiu noções importantes acerca do acesso ao conhecimento, através da constituição de uma república de letrados<sup>55</sup>. A leitura e a escrita foram elementos centrais ao exercício da democracia, inaugurado no processo revolucionário francês que o tempo transpôs em legado (Idem, 2010, p. 1994).

---

<sup>54</sup> Segundo Briggs e Burke, “a Revolução foi boa para “a imprensa, pois havia grande número de notícias interessantes para publicar, e não faltavam leitores [...]. Entretanto, o poder da imprensa não deve ser exagerado. Em 1789, a maioria do povo francês não sabia ler. Por isso, é preciso considerar todos os aspectos do sistema de comunicação, [nesse sentido] a comunicação oral foi particularmente importante. (BRIGGS; BURKE, 2006, p.104).

<sup>55</sup> Segundo Darnton (2010): “o século XVIII imaginava a República das Letras como um reino sem polícia, sem fronteiras e sem desigualdades, exceto aquelas determinadas pelo talento. Qualquer um podia fazer parte dela exercendo os dois atributos principais da cidadania: ler e escrever. Escritores formulavam ideias e leitores as julgavam. Graças ao poder da palavra impressa, esses juízos se difundiam por círculos cada vez mais amplos e venciam os argumentos mais fortes” (DARNTON, 2010, p.15-16).

A expansão da imprensa também se esteve relacionada ao desenvolvimento do sistema capitalista, a partir da alfabetização da população em geral, com a constituição e ampliação dos centros urbanos, que fizeram crescer a importância dos meios de comunicação. Os grupos letrados passariam a ter compreensão da sua condição social a partir de jornais que apresentavam primeiro as mazelas e injustiças que atingiam as elites e, em seguida, as do povo e seus problemas (SODRÉ, 1999, POPKINS, 1996, p. 206). A denúncia dos atos praticados pelo Estado fundou-se no debate liberal acerca da liberdade de expressão, tanto que a Constituição Norte-Americana de 1791<sup>56</sup> previu essa garantia. A partir desse contexto, a imprensa passou a ocupar de forma simbólica, o quarto local de exercício do poder, assumindo as funções de “controle”, “fiscalização” do Estado na perspectiva liberal, o que se consolidou a *posteriori*. Sobre o conceito de quarto poder, o sociólogo Afonso Albuquerque estabelece três modelos de entendimento: *Fourth State*, *Fouth Branch* e o Poder Moderador.

O primeiro modelo, o *Fourth State*, é tomado para além da referência popular ao “quarto poder”. Relaciona-se aos estados na organização feudal que eram formadores do parlamento, no caso inglês o Clero, a Nobreza e os Comuns. A imprensa constituía o quarto estado dentro do parlamento, representando o interesse do restante da sociedade. Tornava público o debate político que deveria ser restrito ao parlamento. Nessa definição, a imprensa deveria assegurar a defesa<sup>57</sup> do interesse público contra os abusos do poder, exercido pelo estado ou não (ALBUQUERQUE, 2009, p. 4). O segundo modelo, o *Fouth Branch* evoca a ideia de que a imprensa possui um papel no governo, não oficial, agindo como um contrapeso (fiscalizador) nas relações dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário). Esse poder se exerce pela imposição de uma agenda pública frente a certos temas, embora haja risco devido à ausência de controles (Id., 2009, p. 8). Logo, a publicidade das ações dos três poderes é realizada pela imprensa que age como força de limitação dos seus excessos<sup>58</sup>. Mas sua ação também limita os temas que devem ser noticiados em detrimento de outros<sup>59</sup>. O último modelo pressupõe o exercício do “poder moderador” por parte da imprensa, que remonta um poder que pertenceu à

<sup>56</sup> Segundo Briggs e Burke (2006), “a imprensa norte-americana ficou livre das amarras políticas que haviam sido tão significativas no início. Na prática, a extensão de sua liberdade era uma questão de justiça e de política. A Primeira Emenda, incorporada em uma lista de direitos, foi aprovada pelo Congresso em 1791” (2006, p.193).

<sup>57</sup> Nesse contexto, o autor emprega o termo inglês *watchdog* (cão de guarda), como uma referência ao dever da imprensa de guardar os interesses do povo. Tal ação se opõe a uma postura de *lapdog* (cão lambão), na qual a imprensa se coloca submissa ao Estado. E por último, o autor discute o termo *guard dog*, que poderia ser uma postura adequada da imprensa, sempre deve estar em guarda, sem ser submissa a nenhum dos lados, apesar de ser gerenciada pelo poder (político ou econômico) (2009, p.4-6).

<sup>58</sup> No caso dessa pesquisa ao publicizar as ações realizadas pelo poder público, como a memória do Holocausto foi usada pela imprensa para melindrar as atitudes operadas pelos três poderes frente à negação ou apagamento no que se refere à comparação com outros crimes na esfera nacional?

<sup>59</sup> Tal questão, foi antes apontada e será aprofundada no desenvolvimento da tese.

figura do Imperador no Brasil. Essa ação não é constitucional, sendo um ato desempenhado por predisposição, uma ação encaminhada para a ato político assumido pela imprensa (ALBUQUERQUE, 2009, p. 10).

Todas as questões expostas sobre o papel da imprensa como “quarto poder” associam-se à ação formativa exercida pela imprensa junto à opinião pública. A imprensa passou a orientar novos interesses sociais e valores, relacionados às responsabilidades sociais, e aquelas do regime democrático (TRAQUINA, 2005, p. 49). O conceito de “opinião pública” tornou-se marcante na metade final do século XVIII, com a percepção do poder das “massas” que se consolidou no século XIX (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 11).

Segundo Nelson Traquina (2005), o conceito de opinião pública é resultado das filosofias liberais dos séculos XVII e XVIII, e que se instituem no século XIX. Com base nessas concepções, a imprensa deveria construir argumentos para combater posições autoritárias expressas por certos políticos, que desejavam distorcer a democracia. Assim, a opinião pública deveria ser um instrumento de controle social do Estado, pois deveria ser portadora do esclarecimento possibilitado pela imprensa, funcionando como um tribunal de julgamento das ações políticas. A imprensa assumiu em seu processo de consolidação uma dupla função: ser porta-voz da opinião pública e vigiar o poder político protegendo os cidadãos contra os abusos do Estado, concepção que contribui para a ideia de a imprensa como “serviço público” que deveria estar a favor dos leitores (TRAQUINA, 2005, p. 47-48).

Dessa maneira, ao longo dos séculos XIX e XX, os meios de comunicação ampliam-se e a prática do jornalismo cresce de complexidade, pouco a pouco os jornais se consolidam como empresas capitalistas, e passam a “formar” os atos de consumo intelectuais e sociais de seus leitores. Ao adentrar no século XIX, ocorre a modernização da produção dos jornais, que se encaminham para uma produção mecanizada, em larga escala, processo que tem início em 1828, na Inglaterra, com o jornal *The Times* (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 117).

O resultado da mecanização foi a diminuição do valor dos jornais<sup>60</sup> facilitou o consumo para as camadas menos favorecidas, ou seja, ampliou-se o público leitor. Esse novo público estabeleceu uma nova forma de noticiar<sup>61</sup>. Essa nova ordem na forma de fazer jornal impôs o

---

<sup>60</sup>Segundo Traquina, esse novo modelo de jornal, denominava-se *penny press*, que fazia referência ao seu preço de um centavo, (TRAQUINA, 2005, p.51)

<sup>61</sup> Segundo Briggs e Burke: “os processos de mudança eram complexos, e com a queda dos custos de impressão e o aumento da massa de leitores, o conteúdo dos jornais que não se qualificavam como “jornais de qualidade” incluía mais entretenimento e menos informação. O estilo também era menos formal. No entanto, os chamados “tablóides” não constituíam um produto-padrão, como sugerem algumas histórias de jornais. Eles competiam não apenas entre si, mas também com o resto da mídia e outros produtos não associados à comunicação, sendo alguns deles a fonte de seu próprio lucro em publicidade” (2006, p.196).

abandono das antigas características panfletárias que eram marcantes dos confrontos políticos do final do século XVIII, para veicular a informação livre dos apelos políticos onde os fatos deveriam se opor à opinião (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 196; TRAQUINA, 2005, p. 51). Tais mudanças inauguraram o modelo jornalístico que adentrou o século XX que afetaram o modelo editorial tocando as formas de produção dos jornais controladas inicialmente pelos interesses dos jornalistas, dos editores e donos dos jornais e de suas redações para anos mais tardes atender os interesses coletivos.

Quanto à produção da notícia, Darnton (2010, 1990), com base em sua ampla pesquisa sobre os jornais, aponta considerações importantes sobre os mecanismos de produção das notícias e seus processos de escolhas e seleções. Para esse autor, a produção da escrita jornalística é resultado de uma série de filtros; são os trabalhadores da imprensa que definem o que será lido e consumido pelos leitores a partir das suas escolhas. Contemporaneamente, Darnton (2010) concebe a notícia como artefato produzido, que difere do real ou do que já aconteceu. Com isso a notícia produzida é o final de

um diagrama montado no início da noite anterior por diagramadores que montaram a primeira página seguindo convenções arbitrárias: matéria principal na coluna da extrema direita, matérias secundárias à esquerda, matérias de comportamento ou *faits divers* no interior do jornal ou abaixo da dobra, matérias especiais destacadas por manchetes diferenciadas. (2010, p. 69)

A exposição da notícia nas páginas dos jornais expressa processos mais amplos de difusão do impresso e associa-se à manchete de capa, no topo do jornal, que causa/causou mais ou menos impacto sobre a opinião pública. Chamar atenção, chocar o leitor ou causar associações entre diferentes temas é parte da intertextualidade e das estratégias editoriais daqueles que editam os jornais. Para Darnton, “as notícias não são o que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu.” (2010, p. 70). Os jornalistas, em seu contexto histórico, produzem suas narrativas no quadro convencionado, que já citamos, mas a realidade escapa ao registro das palavras e da síntese produzida pelos jornais.

Os entendimentos expressos ao longo desta seção expuseram os processos que consolidaram a mídia impressa como uma das forças motrizes da democracia, nos moldes liberais e capitalistas. Compreende-se que a imprensa, a um só tempo, atua no controle dos três poderes, sendo um “quarto poder”, assim como informa e forma seus leitores sobre as ações dos demais poderes. Esse poder exercido pelo ato de noticiar e produzir uma narrativa própria oferecem pistas sobre a relação da mídia com a opinião pública e seu público, tal aspecto será analisado ao longo da tese no que tange à memória do Holocausto. Na sequência, exponho os

processos de desenvolvimento histórico da imprensa no Brasil para discutir sua relação com a opinião pública.

#### **4.2 Imprensa como empresa no Brasil Republicano e O Globo**

Segundo Marcondes Filho (2005), “o jornalismo reflete muito bem a aventura da modernidade. Ele é a melhor síntese do espírito moderno (MARCONDES FILHO, 2005, p. 9). As mudanças nas formas de produção do jornal impresso e seu papel social ao longo do século XX, em especial na cidade do Rio de Janeiro, além de sua relação com a política, como é o caso do jornal O Globo, são discutidos a seguir.

No desenvolvimento da imprensa brasileira é perceptível uma evolução histórica de sua intenção formativa, que inicialmente se expressa pela dualidade de um jornalismo político-partidário e personalista, que se transforma na direção de um modelo de jornalismo empresarial, noticioso e opinativo a partir do final do século XIX e início do século XX. Entretanto, essas duas tendências de jornalismo compartilhavam os interesses de seus tempos, manipulavam a opinião pública e formavam seu público leitor a partir das narrativas estampadas em suas páginas. Seu papel de formadora extrapolou os substratos políticos e adentrou nas formas de conduta social, nos temas literários, nos debates sobre a história mundial e brasileira.

Esse contexto formativo é de suma importância, pois reafirma a centralidade da imprensa na constituição da identidade nacional, inicialmente em oposição aos portugueses, e depois, na República, em oposição à monarquia, assim como nas disputas entre os interesses oligárquicos (rurais) e os interesses dos grupos urbanos. A importância dos meios de comunicação no período republicano pode ser notada no governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945), pois o governo criou uma rede de publicidade e propaganda, organizada pelo Departamento Oficial de Publicidade (1931) e depois pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural<sup>62</sup> (1934) que ressaltava a figura do governante como líder carismático. Além de criar o “Programa Nacional”; a “Hora do Brasil” até 1970 e, atualmente denominado “A Voz do Brasil”, em 22 de julho de 1935<sup>63</sup> esse programa de rádio visava dar publicidade aos atos do presidente, sendo transmitido inicialmente na capital, e a partir do Estado Novo para todo o país. Voltando nas décadas, segundo Sodré (1999), as produções jornalísticas brasileiras entre

---

<sup>62</sup> Esse departamento, mais tarde daria origem ao Departamento de Imprensa e Propaganda (1939).

<sup>63</sup> Esse momento representou a era de ouro do rádio nacional. Algumas questões sobre a historiografia desse período são apresentadas em: CAPELATO, Maria Helena R. Estado Novo: novas histórias. FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

os anos de 1900 e 1920 distanciavam-se dos elementos essenciais do exercício do jornalismo, que seria o controle e a fiscalização das ações do Estado, como estabeleceu a tradição do jornalismo crítico e opinativo europeu, mostrando-se, inúmeras vezes, apático aos temas chave da política nacional (SODRÉ, 1999, p. 252-253).

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, capital do país, sofreu mudanças na estrutura urbana com o processo de modernização e reorganização social. Tais mudanças visavam organizar espaços turísticos e de lazer, que produziram polos de concentração da elite intelectual da capital, com uma vasta rede de bares e cafés que serviam de locais de encontros e trocas culturais, enfim de sociabilidades urbanas (GOMES, 2004, p. 82). Esses locais também serviram como arenas públicas para o debate e confraternização, nos quais as notícias eram lidas e difundidas e construía-se a opinião pública nesse período.

No final do século XIX e início do século XX ocorre o surgimento de grandes jornais<sup>64</sup> que eram consumidos de forma sistemática pela população carioca, como a Gazeta de Notícias, A Rua, a Folha Popular, a Cidade do Rio, o Correio do Rio, o Diário do Brasil, o Correio do Povo, Jornal do Povo e Diário Oficial. A modernização da cidade do Rio de Janeiro repercutiu na imprensa e acelerou a completa transformação dos jornais, que deixaram de ser iniciativas individuais e tornaram-se empresas. Nesse período, poucos jornais eram respeitados por sua estrutura editorial coesa, como o Jornal do Comércio, existente desde 1827, e que se caracterizava pela forte tendência conservadora, que servia a qualquer governo. Esse jornal tratava de temas políticos, importação, exportação e temas internacionais (SODRÉ, 1999, p. 256 – 257).

Do ponto de vista editorial, o século XX estabeleceu novas exigências, pois os leitores tornaram-se mais críticos frente à qualidade do conteúdo e à tipografia. Nesse contexto, em parte influenciado pelo pensamento positivista, emerge a busca pela neutralidade e compromissado pela verdade, daí que os aspectos documentais passaram a ganhar cada vez mais espaço na imprensa (BAHIA, 1990, p. 246). Desde meados do século XX e progressivamente, o emissor, seja ele tipógrafo ou editor, perde o poder de controle sobre o receptor, o público engajado, que nesse momento se apresenta múltiplo e plural, devido à presença de imigrantes e seus descendentes, classes populares, classes médias urbanas e intelectuais como parte de seus receptores.

---

<sup>64</sup> A existência desses jornais não impôs o fim dos pequenos jornais. Conforme Cohen (2012), nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, entre os anos 1912 e 1930, existiam entre jornais e revistas mais de 2.959, segundo os dados do Departamento Nacional de Estatísticas.

Nesse sentido, cresce de importância a liberdade ideológica e política adotada pela imprensa sob o modelo industrial. Para vender espaços de publicidade, manter assinaturas, garantir as vendas, baratear os custos, era necessário contrariar anseios políticos dos seus donos e editores em prol do lucro empresarial (BAHIA, 1990, 247. SODRÉ, 1999, p. 275 - 276). Assim, o modo de produção dos jornais, que era anteriormente operado com poucas pessoas, mudou. O dono do jornal, que antes assumia funções de editor, redator, gerente e impressor, perde espaço e fica reduzido aos pequenos jornais interioranos.

O modelo empresarial, por sua vez, passou a demandar profissionais especializados para exercerem essas funções. A capitalização da produção dos jornais e a aceleração da vida urbana estabeleceram tais mudanças (LUCA, 2012, p. 104). Maria Eleutério (2012) aponta para uma renovação das formas de produzir os jornais, com a inclusão de caricaturas, ilustrações, fotografias. Esses aspectos gráficos encaminharam à ampliação do consumo dos jornais e os direcionaram para uma comunicação voltada às massas, sendo guiados pela diminuição dos custos locais da produção. Esses avanços foram sustentados por três fatores, a saber: “a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização e incentivos na aquisição e fabricação de papel”, além da chegada de imigrantes europeus letrados (ELEUTÉRIO, 2012, p. 57-69; COHEN, 2012, p. 72).

Desde meados do século XIX, a presença dos imigrantes entre os leitores, e os interesses brasileiros no mercado internacional, impuseram aos jornais uma maior cobertura dos temas internacionais, ação essa que explica a presença de agências norte-americanas de publicidade e notícias internacionais como fornecedoras de conteúdos aos jornais nacionais, dentre as quais destacam-se a *Havas*<sup>65</sup>, *Reuters*<sup>66</sup>, *Associated Press*<sup>67</sup> e *United Press Association*<sup>68</sup> através de suas sucursais (LUCA, 2012b, p. 105). Para além dos temas econômicos e políticos, conforme Marialva Barbosa (2007), os jornais utilizavam o sensacionalismo para produzir a notícia que chegava nas redações. Nesse processo, dava-se ênfase à morte e à tragédia, criando um lastro ficcional, pois entre 1920 e 1930, não havia o futebol para entreter o público leitor (2007, p. 54).

Simultaneamente à modernização do Estado brasileiro na esteira do republicanismo, no qual a imprensa possui um papel importante devido ao seu propósito de informar a população

---

<sup>65</sup>A agência Havas (atualmente, Agência *France-Presse*) foi criada pelo escritor e tradutor francês Charles-Louis Havas, em 1835, tendo sede em Paris. Da sua sede transmitia informações sobre a política francesa e europeia por telegrama aos escritórios dos jornais locais (TERROU, 1970).

<sup>66</sup> Criada na Alemanha por Paul Reuter e Bernhard Wolff, que fundaram a agência Reuters em 1851.

<sup>67</sup> Agência de notícias fundada na cidade de New York, em 1946.

<sup>68</sup> Essa agência foi fundada pelo jornalista e editor Edward Willis Scripps, em 1907.

sobre os temas políticos e sociais importantes ao país, esta não esteve livre de censuras e perseguições políticas<sup>69</sup>. A consolidação do jornalismo empresarial é marcada pela presença de intelectuais nas redações dos jornais. Esses literatos começaram a moldar e mudar a compreensão do papel da imprensa periódica no país, que assume um viés mais marcadamente literário nos seus processos informativos. A presença de escritores nas redações passou a dar visibilidade a tal função, que era no final do século XIX e início do século XX pouco remunerada (ELEUTÉRIO, 2012, SODRÉ, 1999).

Os literatos tornaram os jornais mecanismos de divulgação da cultura literária brasileira. A modernização do Brasil ocorreu através da implementação lenta e gradual da industrialização atrelada ao crescimento das grandes cidades. Na entrada da década de 1920, segundo Bahia (1990), dois grandes jornais diários, no cenário brasileiro, são fundados: O Globo (RJ) e Folha de São Paulo (antiga Folha da Manhã), o primeiro na capital e centro cultural e outro no grande centro urbano e comercial (BAHIA, 1990, p. 200).

No Rio de Janeiro, capital do país, e lugar de publicação de O Globo, o centro do debate social eram os desafios da modernização do Estado para enfrentar os atrasos sociais e culturais do país. Acerca do Rio de Janeiro nesse período de transição da imprensa nacional, a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes afirma:

a cidade cumpria a missão de representar e civilizar o país, o que sem dúvida deve ser considerado um fator que impunha à sua intelectualidade uma participação ativa em todas as polêmicas culturais que alcançassem repercussão nacional. Essa espécie de constrangimento que o campo político mais amplo trazia ao pequeno mundo intelectual carioca, foi aqui entendida como uma vantagem. Ou seja, como um estímulo à conformação de projetos culturais que teriam interlocução ampla e seriam numerosos, variados e competitivos entre si. Era essa condição que inegavelmente facilitava e potencializava as possibilidades de comunicação da cidade e de nacionalização de seus estilos e valores. (GOMES, 2012, p. 83)

É nesse momento de efervescência social que se consolida a crescente mudança cultural e política do país, com aumento da importância das classes médias urbanas, solo em que é lançado o jornal O Globo, de fundamental importância para a contextualização da problemática aqui examinada.

---

<sup>69</sup> Eleutério (2012) destaca que a profusão da imprensa e seu afastamento dos temas políticos, que se transpuseram em comentários, não pode ser vista como uma ação natural, tendo em vista que a censura sempre esteve presente desde o início da República. A censura estava prevista em decretos do início do regime republicano (1889) e foi retomado na Lei de Imprensa de 1922, sob a presidência de Arthur Bernardes, que considerou crime de imprensa, ofender o presidente. Os ataques à imprensa eram comuns, em especial, em estados de sítios, nos quais jornalistas eram presos e jornais eram fechados para garantir interesses políticos e locais.

Pois, o jornal O Globo, fundado em 25 de julho de 1925, teve a circulação da sua primeira edição quadro dias depois, uma edição de 33.435 exemplares. Como referi anteriormente, a origem desse jornal está vinculada à saída de Irineu Marinho da diretoria do jornal “A noite”, do qual foi fundador<sup>70</sup>. O fundador de O Globo foi acompanhado por outros trinta e três jornalistas que iniciaram os trabalhos na redação desse novo empreendimento (LEAL; MONTALVÃO, 2010).

A primeira edição de O Globo trazia na capa o nome de Irineu Marinho como diretor-proprietário, Antônio Leal da Costa como diretor-gerente e Herbert Moses no cargo de diretor-tesoureiro. Na coluna denominada “Écos”, que figurava na segunda página da primeira edição, constavam os princípios editoriais que norteariam esse empreendimento, e cujo texto é assinado por Irineu Marinho. Os princípios eram assim formulados: 1) “defesa das causas populares”; 2) “não tem afinidade com governos”; 3) “não está ligado a interesses capitalistas ou plutocratas”; 4) “incondicionalmente voltado ao interesse geral, [encaminhado] para um futuro esplendido da pátria” (O GLOBO, 1925, p. 2). Nessa edição, lançou-se um concurso cultural para escolha do nome do jornal.

É importante frisar que a fundação do jornal ocorreu no final do governo Arthur Bernardes, em um momento politicamente conturbado, no qual a imprensa sofria censura, como mencionado anteriormente. Conforme Luca (2012), antes da fundação desse jornal, Irineu Marinho sofreu perseguições políticas movidas pelo Presidente Campos Sales, por não se opor ao movimento tenentista (1922), atitude que lhe rendeu a suspensão das atividades entre agosto de 1924 a maio de 1925. A posição crítica ao governo não foi abandonada por Irineu Marinho, estando nas primeiras edições de O Globo, que manifestavam uma defesa aberta a favor do funcionalismo público, da educação e traçavam críticas às ações do governo do Rio de Janeiro frente ao abandono da cidade.

Em panorama geral, o jornal O Globo em sua primeira edição expunha temas de interesse, que condiziam com as demandas de seu público leitor. A capa da edição inaugural ainda trazia informações importantes, entre elas a informação de que esse jornal tinha escritório e oficinas próprias, situadas na cidade do Rio de Janeiro, na rua Bethencourt da Silva, no

---

<sup>70</sup> Segundo Barbosa (2007), o jornal foi fundado em 18 de junho de 1911, deixando a direção do jornal Gazeta de Notícias para fundar esse jornal que fazia oposição ao governo de Marechal Hermes da Fonseca. Em 1920 tinha uma tiragem de 50 mil exemplares. Em 1925, Irineu Marinho transferiu ações dessa propriedade a Geraldo Rocha. Tal ato é devido a problemas de saúde de Irineu Marinho, que buscou tratamento no exterior. No retorno, não conseguiu retomar essa propriedade (BARBOSA, 2007, p.59 e p.94). Segundo o perfil de Irineu Marinho, disponível no acervo do grupo O Globo, seu fundador foi traído por Geraldo Rocha, que se aproveitou do momento e não devolveu as ações como foi combinado (O GLOBO, 2013).

edifício Lyceu das Artes e Ofícios, nº 15. A redação contava com correspondentes internacionais e outros nos Estados brasileiros, além de contar com os serviços das agências *Havas* e a americana *United Press* (O GLOBO, 1925, p. 1).

Esse empreendimento em muito pode ser atribuído à experiência jornalística do seu fundador, à composição da redação e seu corpo editorial formado por competentes jornalistas. Uma questão relevante são as colunas presentes na primeira edição, nomeadas como O Globo no (a): Mercado de Café, Bolsa, Cambio, Sociedade, Theatro; Tribunal Superior Federal, “*Sports*”, “O Globo entre as senhoras”, “O Globo” religioso e Folhetim no Globo<sup>71</sup>. Todas essas colunas traziam interesses sociais diversos que tocavam as ações do governo, a economia nacional e internacional, as atividades sociais da elite carioca (do teatro aos eventos religiosos), além de texto literário na coluna Folhetim.

As temáticas expressas na primeira edição se dirigem ao público médio urbano, que acabou por consolidar-se como grupo leitor histórico de O Globo. Tanto é que dois temas ligados são identificados na primeira edição, o tema da alfabetização e a defesa do funcionalismo público (O GLOBO, 1925, p. 8). Quanto à alfabetização, a cidade do Rio de Janeiro, no início da década de 1920, tinha 58% de letrados e no final, 72%, além de concentrar boa parte do funcionalismo público como centro do governo (BARBOSA, 2007, p. 57; LUCA, 2012, p. 107).

Sobre a recepção desse periódico por parte da imprensa nacional, Barbosa (2007) afirma que os jornalistas classificavam o novo empreendimento como um jornal moderno, nos moldes da nova prática jornalística da época. Consideravam-no um jornal isento e imparcial, qualidade essencial para que a narrativa jornalística pudesse ser considerada a expressão *a priori* do real. Assim, tal jornal ganhou a alcunha de ser um jornal noticioso, que difundia a notícia quando essa existia. A suposta neutralidade da escrita jornalística construída nesse período buscava aproximar a produção do texto jornalístico ao texto científico. Essa neutralidade é contestada por Barbosa, que afirma não a ter percebido ao longo das primeiras edições de O Globo (2007, p. 96). Ainda, antes de completar seu primeiro mês de existência, falece o seu fundador Irineu Marinho. Devido a essa fatalidade, a direção do jornal é assumida pelo jornalista Eurycles de Matos. Nesse contexto, Roberto Marinho, filho mais velho do fundador, passa a trabalhar no jornal como secretário com vistas a adquirir experiência administrativa.

---

<sup>71</sup> Parte dedicada a romances, na primeira traz um texto de Ducray-Duminil, romancista francês François Guillaume Ducray-Duminil (1761 -1819).

Como referi anteriormente, os anos anteriores a 1930 foram importantes para a consolidação no país do modelo empresarial adotado pela imprensa, da qual fazia parte o jornal O Globo. Sobre esse período de afirmação do jornalismo, Luca (2012) afirma:

O fato inegável é que a imprensa-empresa disputava a preferência de um círculo diminuto de leitores, fonte não apenas de recursos, afinal parte da receita advinha das vendas que, por sua vez, atraíam ou afastavam os anunciantes, mas também de prestígio e legitimidade para as ideias defendidas nas suas páginas. (LUCA, 2012, p. 108)

Essa preferência citada por Luca (2012) dependia das posições adotadas pelos jornais e de uma leitura política afinada dos seus editores e diretores. O país enfrentou em 1929 a ruptura entre as elites paulistas e mineiras, decretando o fim da política “café com leite”, que propiciava a oscilação dos representantes desses currais eleitorais. O jornal O Globo adotou medidas de apoio ao Movimento Tenentista e à Coluna Prestes, colocando-se contrário à candidatura de Washington Luís. Em 1929, com outros grandes jornais (Correio da Manhã, Jornal do Commercio, Diário Carioca, Diário de Notícias, O Estado de S. Paulo, A Plateia e Diário Nacional), O Globo passou a apoiar a Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, em oposição ao então presidente Washington Luís e seu candidato Júlio Prestes.

No mês de maio de 1930, depois da vitória de Júlio Prestes, o jornal trazia críticas ao processo eleitoral e à censura perpetrada pelo governo aos jornais na Capital Federal. Em 3 de outubro, momento em que eclode a Revolução de 1930, O Globo não noticiou tal ação, apenas trouxe ao longo do período denúncias das ações violentas perpetradas pela polícia do Rio de Janeiro contra os jornais e seus jornalistas. A deposição de Washington Luís foi noticiada como um ato de pacificação do cenário político nacional, contudo o apoio à Revolução de Trinta não foi total, a esperança era o retorno imediato à ordem constitucional, que garantiria liberdade à imprensa (LEAL; MONTALVÃO, 2010). Fato que não se consolidou na “Era Vargas”, marcada por forte censura e controle sobre os organismos de imprensa. Nesse contexto conturbado, pós-Revolução de 1930, morre Eurycles Matos, em 5 de maio de 1931. Em seu lugar assume como diretor-editor Roberto Marinho, assessorado pelos seus dois irmãos, Ricardo e Rogério Marinho.

A chegada de Getúlio Vargas (1930-1945) estabeleceu mudanças nas relações entre imprensa e Estado, principalmente devido à censura, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de a imprensa apresentar críticas ao governo de Getúlio Vargas, essas eram pontuais e evitavam o atrito direto. Mesmo que alguns jornais tivessem sofrido intervenção política, acordos e relações conjuntas coexistiam entre jornalistas e governo (BARBOSA, 2007).

Tal ponto fica exposto quando se evidenciam as posições adotadas pelo jornal O Globo frente a determinados temas, por exemplo, contra ações da Aliança Nacional Libertadora (1935), da Ação Integralista Brasileira (1932-1937) e da Revolta Comunista do Nordeste. Considerou-as contrárias à democracia, e cabe frisar que a perseguição perpetrada contra os comunistas foi apoiada pelo jornal. No entanto, silenciou frente à Lei de Segurança Nacional (1935), que fortalecia o poder centralizador do governo federal. Além disso, apoiou, depois da implementação do Estado Novo, a aproximação do Brasil com os EUA e com a Alemanha nazista em 1939, assim como foi favorável à implementação da constituição trabalhista (LEAL; MONTALVÃO, 2010).

É preciso compreender essa última posição no âmbito da intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda<sup>72</sup> na redação de O Globo. Com o advento da Segunda Grande Guerra, o jornal<sup>73</sup> posicionou-se a favor das Forças Aliadas, apesar dos flertes autoritários de Vargas com a Alemanha Nazista. Essa posição favorável aos Aliados, também foi seguida por outros jornais, além da própria pressão que partia de dentro do governo. Essas ações levaram o Brasil a romper com sua posição de neutralidade, o que acabou por levar o Brasil à guerra em 1942, situação reforçada pela política da boa vizinhança implementada pelo presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt. Com o fim da Guerra, a permanência de Getúlio Vargas tornou-se impossível, e sua saída do poder foi amplamente noticiada e apoiada pelos jornais. Do ponto de vista empresarial do jornalismo<sup>74</sup>, o período entre 1930 e 1950 representou um momento áureo para a comunicação no país, tanto pelo crescimento do número de jornais e de rádios, como pelo crescimento urbano e avanço industrial que ampliou o público leitor. Sobre a questão do lucro do empreendimento empresarial, Sodré relata que, a partir de 1930, aumentaram os preços dos jornais devido à inflação, mas sua circulação não foi reduzida (SODRÉ, 1999, p. 380). Segundo Barbosa (2007), no final da década de 1930, o jornal O Globo tinha uma tiragem média um pouco abaixo de 30 mil exemplares, mas no período pós-guerra, os dezoito jornais de ampla circulação no Rio de Janeiro tinham um total 1.245,000 exemplares, frente a uma circulação nacional total de quase seis milhões distribuídos por 230 jornais

---

<sup>72</sup>O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado em 1939 e funcionava como mecanismo de censura do governo, controlando as publicações, facilitando o funcionamento dos jornais favoráveis ao governo e perseguindo os opositores. Além disso, seu papel se estendia à propaganda nacionalista e ao culto da figura de Getúlio Vargas (BARBOSA, 2007).

<sup>73</sup> É importante frisar que o diretor-editor Roberto Marinho se considerava um liberal (MARINHO, 1992).

<sup>74</sup> Para garantir a existência de assinantes, o jornal O Globo adotou uma política de dar brindes aos novos assinantes. O primeiro deles, entre 1926 e 1927, foi um estojo da marca Gillete com um aparelho, voltado ao seu maior público, homens de classe média urbana. Ao longo da década de 1940, distribuía livros e materiais de escritório em parceria com a empresa Eclectiva.

diários<sup>75</sup>. Desse total, o jornal O Globo tinha uma média diária de 187 mil exemplares (BARBOSA, 2007, p. 98 - 154).

Os dados de Barbosa (2007) apontam para a preponderância da imprensa na capital do país e, portanto, a força motriz da intelectualidade e do debate público sobre temas importantes para a sociedade brasileira nacional do período. No caso do jornal O Globo, ainda, cresce de importância a constatação de que tal jornal recorria a agências internacionais de informação e a correspondentes para noticiar eventos internacionais, como é o caso do tema da memória do Holocausto aqui examinado. Adiante demonstrarei como tal periódico estava sintonizado com as demandas e interesses políticos internacionais frente aos processos de reconstrução do continente europeu e às relações das populações europeias quanto às mazelas legadas pelo nazismo.

Na sequência da tese, a partir do recorte temporal (1944 – 1999) e da análise da presença do tema nas edições do jornal O Globo, discutirei a compreensão do papel histórico desse meio de comunicação no que tange à difusão de uma memória do Holocausto no cenário nacional atravessada pelo seu debate transnacional. Friso que esse periódico se destaca pela perenidade de sua existência, que contempla a totalidade do recorte definido para pesquisa sem nenhuma interrupção. No decorrer desse período, O Globo oscilou entre o primeiro e o segundo jornal mais lido do país.

No capítulo subsequente, exponho aspectos fundamentais que demarcam e atravessam a produção da memória do Holocausto ao longo do período da pesquisa, em especial os desafios de compreender a afirmação das narrativas sobre o Holocausto no âmbito jornalístico e historiográfico.

---

<sup>75</sup> Foi realizado um levantamento junto ao acervo do jornal O Globo entre os anos de 1925 a 1950, para estimar os números de impressões e assinaturas, mas tais dados não constam impressos nas edições.